

Enfim, não se deve perder de vista que essa necessidade é, por sua natureza, muito indeterminada. Ela não nos vincula a nada de preciso, pois é uma necessidade de algo que não existe. Portanto, só é parcialmente constituída, porque uma necessidade completa compreende dois termos: uma tensão da vontade e um objeto certo. Como o objeto não é dado exteriormente, não pode haver outra realidade além da que a imaginação lhe presta. Esse processo é parcialmente representativo. Ele consiste muito mais em combinações de imagens, numa espécie de poesia íntima, do que num movimento efetivo da vontade. Ele não nos faz sair de nós; é apenas uma agitação interna que procura um caminho para fora, mas ainda não o encontrou. Sonhamos com novas sensações, mas é uma aspiração indecisa que se dispersa sem tomar corpo. Por conseguinte, mesmo onde é mais enérgica, essa aspiração não pode ter a força de necessidades firmes e definidas, que, dirigindo a vontade sempre no mesmo sentido e por caminhos já abertos, estimulam-na ainda mais imperitosamente por não deixarem espaço nem para as hesitações, nem para as deliberações.

Numa palavra, não se pode admitir que o progresso seja apenas um efeito do tédio¹⁵. Essa remodelação periódica e até, sob certos aspectos, contínua da natureza humana, foi uma obra laboriosa compreendida em meio ao sofrimento. É impossível que a humanidade se tenha imposto tanto esforço unicamente para poder variar um pouco seus prazeres e conservar-lhes seu frescor original.

CAPÍTULO II

AS CAUSAS

I

É, portanto, em algumas variações do meio social que devemos procurar a causa que explica os progressos da divisão do trabalho. Os resultados do livro precedente permitem-nos induzir de imediato em que consistem.

De fato, vimos que a estrutura organizada e, por conseguinte, a divisão do trabalho se desenvolvem regularmente à medida que a estrutura segmentária se retrai. Isso significa, pois, que essa retração é a causa desse desenvolvimento, ou que o segundo é a causa da primeira. Esta última hipótese é inadmissível, pois sabemos que o arranjo segmentário é, para a divisão do trabalho, um obstáculo insuperável que precisa desaparecer, pelo menos parcialmente, para que ela possa aparecer. Ela só pode existir na medida em que ele deixou de existir. Sem dúvida, uma vez que existe, esta pode contribuir para acelerar a regressão daquele, mas só se mostra depois de ele ter regredido. O efeito reage sobre a causa, mas

não perde, com isso, a qualidade de efeito; a reação que exerce é, por conseguinte, secundária. O aumento da divisão do trabalho se deve, pois, ao fato de que os segmentos sociais perdem sua individualidade, que as paredes que os separam se tornam mais permeáveis, numa palavra, que se produz entre eles uma coalescência que torna a matéria social livre para entrar em novas combinações.

Mas o desaparecimento desse tipo pode ter essa consequência por uma única razão: que dele resulte uma aproximação entre indivíduos que estavam separados, ou, pelo menos, uma aproximação mais íntima do que antes. Em consequência, há um intercâmbio de movimentos entre partes da massa social que, até então, não se afetavam mutuamente. Quanto mais o sistema alveolar é desenvolvido, mais as relações em que cada um de nós está comprometido se encerram nos limites do alvéolo a que pertencemos. Há como que vazios morais entre os diversos segmentos. Ao contrário, esses vazios se preenchem à medida que esse sistema se nivela. A vida social, em vez de se concentrar numa multidão de pequenos focos distintos e semelhantes, se generaliza. As relações sociais — diríamos mais exaltadamente intra-sociais — se tornam, por conseguinte, mais numerosas, pois se estendem, de todos os lados, além de seus limites primitivos. Por conseguinte, a divisão do trabalho progride tanto mais quanto mais houver indivíduos suficientemente em contato para poderem agir e reagir uns em relação aos outros. Se convertemos em chamar de densidade dinâmica ou moral essa aproximação e o intercâmbio ativo que dela resulta, poderemos dizer que os progressos da divisão do trabalho são diretamente proporcionais à densidade moral ou dinâmica da sociedade. |

Mas essa aproximação moral só pode produzir seu efeito se a própria distância real entre os indivíduos tiver

diminuído, como quer que seja. Portanto, a densidade moral não pode aumentar sem que a densidade material aumente ao mesmo tempo, e esta pode servir para medir aquela. Aliás, é inútil procurar saber qual das duas determinou a outra; basta constatar que são inseparáveis.

A condensação progressiva das sociedades no decurso do desenvolvimento histórico produz-se de três maneiras principais.

* 1º Enquanto as sociedades inferiores se estendem sobre áreas imensas, relativamente ao número de indivíduos que a compõem, entre os povos mais avançados a população vai se concentrando cada vez mais. "Oponhamos a população de regiões habitadas por tribos selvagens à de regiões de igual extensão da Europa", diz Spencer; "ou, então, oponhamos a densidade populacional da Inglaterra sob a Heptarquia à densidade que hoje apresenta, e reconheceremos que o crescimento produzido por união de grupos também é acompanhado por um crescimento intersticial."¹ As mudanças que se efetuarão sucessivamente na vida industrial das nações demonstram a generalidade dessa transformação. A atividade dos nômades, caçadores ou pastores, implica com efeito a ausência de toda e qualquer concentração, a dispersão sobre a maior superfície possível. A agricultura, por necessitar de uma vida sedentária, já supõe um certo estreitamento dos tecidos sociais, mas ainda bastante incompleto, pois entre cada família interpõem-se extensões de terra². Na cidade, conquanto a condensação fosse maior, as casas não eram contíguas, porque a parede-meia não era conhecida no direito romano³. Ela nasceu em nosso solo e atesta que a trama social tornou-se menos frouxa⁴. Por outro lado, desde suas origens, as sociedades europeias viram sua densidade aumentar de maneira contínua, apesar de alguns casos de regressão passageira⁵.

* 2º A formação das cidades e seu desenvolvimento é outro sintoma, ainda mais característico, do mesmo fenómeno. O aumento da densidade média só se pode dever ao aumento material da natalidade e, por conseguinte, pode se conciliar com uma concentração fraquíssima, uma manutenção acentuada do tipo segmentário. Mas as cidades sempre resultam da necessidade que impelle os indivíduos a manterem constantemente o contato mais íntimo possível uns com os outros; elas são como pontos em que a massa social se contrai com mais força que em outras partes. Portanto, elas não podem se multiplicar e se estender, a não ser que a densidade moral aumente. Veremos, de resto, que elas se recrutam pela imigração, o que só é possível na medida em que a fusão dos segmentos sociais é avançada.

Enquanto a organização social é essencialmente segmentária, a cidade não existe. Não há cidade nas sociedades inferiores; não a encontramos nem entre os iroqueses, nem entre os antigos germãos⁶. O mesmo vale para as populações primitivas da Itália. "Os povos da Itália", afirma Marquardt, "viviam primitivamente não em cidades, mas em comunidades familiares ou aldeias (*pagi*), em que as fazendas (*vici*, *oïkou*) eram disseminadas."⁷ Mas, ao cabo de um tempo bastante curto, a cidade aparece. Atenas e Roma são ou se tornam cidades, e a mesma transformação se consuma em toda a Itália. Em nossas sociedades cristãs, a cidade se mostra desde a origem, pois as que o Império romano deixara não desapareceram com ele. Desde então, elas só cresceram e se multiplicaram. A tendência dos campos aflúem para as cidades, tão geral no mundo civilizado⁸, nada mais é que uma continuação desse movimento; ora, ela não data de hoje: preocupa os estadistas desde o século XVIII⁹.

Como as sociedades em geral começam por um período agrícola, tentou-se por vezes considerar o desenvolvimento dos centros urbanos como um sinal de velhice e decadência¹⁰. Mas não se deve perder de vista que essa fase agrícola é tanto mais curta quanto mais elevado é o tipo das sociedades. Enquanto na Germânia, entre os índios da América e entre todos os povos primitivos ela dura tanto quanto esses próprios povos, em Roma e Atenas ela logo cessa, e, entre nós, podemos dizer que nunca existiu em estado puro. Inversamente, a vida urbana começa mais cedo e, por conseguinte, adquire maior extensão. A aceleração regularmente crescente desse desenvolvimento demonstra que, longe de constituir uma espécie de fenómeno patológico, ele deriva da própria natureza das espécies sociais superiores. Supondo-se, pois, que tenha hoje atingido proporções ameaçadoras para nossas sociedades, que talvez já não tenham flexibilidade suficiente para se adaptar a ele, esse movimento não deixará de continuar seja através delas, seja depois delas, e os tipos sociais que se formarão depois dos nossos se distinguirão verossimilmente por uma regressão mais rápida e mais completa ainda da civilização agrícola.

* 3º Há, enfim, a quantidade e a rapidez das vias de comunicação e de transmissão. Suprimindo ou diminuindo os vazios que separam os segmentos sociais, elas aumentam a densidade da sociedade. Por outro lado, não é necessário demonstrar que elas são tanto mais numerosas e aperfeiçoadas quanto mais elevado é o tipo da sociedade.

Já que esse símbolo visível e mensurável reflète as variações do que chamamos de densidade moral¹¹, podemos substituir esta última por ele na fórmula que propusemos. Aliás, devemos repetir aqui o que dizíamos acima: se a sociedade, ao se condensar, determina o desenvolvimento da divisão do trabalho, esta, por sua vez, au-

menta o adensamento da sociedade. Mas não importa, porque a divisão do trabalho permanece o fato derivado e, por conseguinte, os progressos por que passa devem-se aos progressos paralelos da densidade social, quer que sejam as causas destes últimos. É tudo o que gostaríamos de estabelecer.

Mas esse fator não é o único.

Se o adensamento da sociedade produz esse resultado é que ela multiplica as relações intersociais. Mas estas serão ainda mais numerosas se, além disso, o número total dos membros da sociedade se tornar mais considerável. Se ela compreender mais indivíduos ao mesmo tempo em que estes se acham mais intimamente em contato, o efeito será necessariamente fortalecido. Portanto, o volume social tem sobre a divisão do trabalho a mesma influência da densidade.

De fato, as sociedades são geralmente tanto mais volumosas quanto mais são avançadas e, por conseguinte, quanto mais dividido é o trabalho. "As sociedades, como os corpos vivos, começam sob a forma de gemmes, nascem de massas extremamente tênues em comparação com as que acabam se tornando", diz Spencer. "De pequenas hordas errantes, tais como as das raças inferiores, saíram as maiores sociedades: é uma conclusão que não poderíamos negar."¹² O que dissemos sobre a constituição segmentária torna indiscutível essa verdade. De fato, sabemos que as sociedades são formadas por um certo número de segmentos de extensão desigual que se envolvem mutuamente. Ora, esses marcos não são criações artificiais, sobretudo a princípio; e, mesmo quando se tornaram convencionais, imitam e reproduzem na medida do possível as formas do arranjo natural precedente. São sociedades antigas que se mantêm sob essa forma. As

mais vastas dessas subdivisões, as que compreendem as outras, correspondem ao tipo social inferior mais próximo; do mesmo modo, entre os segmentos de que, por sua vez, são compostas, os mais extensos são vestígios do tipo que vem diretamente abaixo do precedente, e assim por diante. Encontramos entre os povos mais avançados vestígios da organização social mais primitiva¹³. A tribo é, assim, formada por um agregado de hordas ou de clãs; a nação (a nação judaica, por exemplo) e a cidade, por um agregado de tribos; a cidade, por sua vez, com as aldeias que lhe são subordinadas, entra como elemento em sociedades mais compostas, etc. Portanto, o volume social não pode deixar de aumentar, pois cada espécie é constituída por uma repetição de sociedades, da espécie imediatamente anterior.

Há, no entanto, exceções. A nação judaica, antes da conquista, era verossimilmente mais volumosa do que a cidade romana do século IV; no entanto, é de uma espécie inferior. A China e a Rússia são muito mais populosas do que as mais civilizadas nações da Europa. Por conseguinte, entre esses mesmos povos a divisão do trabalho não é desenvolvida proporcionalmente ao volume social. É que, de fato, o aumento do volume não é necessariamente um sinal de superioridade, se a densidade não aumenta ao mesmo tempo e na mesma proporção. Porque uma sociedade pode alcançar dimensões enormes, por compreender um grande número de segmentos, qualquer que seja a natureza destes últimos; portanto, se mesmo os mais vastos dentre esses só reproduzirem sociedades de um tipo muito inferior, a estrutura segmentária permanecerá muito pronunciada e, em consequência, a organização social, pouco elevada. Mesmo um agregado imenso de clãs está abaixo da menor sociedade organizada, pois esta já percorreu estágios da evolução além dos

quais se encontra. Do mesmo modo, se a quantidade das unidades sociais tem influência sobre a divisão do trabalho, isso não se dá por si e necessariamente, mas porque a quantidade das relações sociais aumenta em geral com a dos indivíduos. Ora, para que esse resultado seja alcançado, não basta que a sociedade conte muitos sujeitos, mas é preciso, além disso, que eles estejam em contato bastante íntimo para poderem agir e reagir uns sobre os outros. Se, ao contrário, eles são separados por meios opacos, só rara e penosamente podem estabelecer relações, e tudo acontece como se fossem em pequeno número. Portanto, o crescimento do volume social nem sempre acelera os progressos da divisão do trabalho, mas apenas quando a massa se contrai ao mesmo tempo e na mesma medida. Em consequência, ele é apenas, se quiserem, um fator adicional; mas quando ele se soma ao primeiro, amplifica seus efeitos por uma ação que lhe é própria e, por conseguinte, exige ser dele distinguido.

Podemos, pois, formular a seguinte proposição: *A divisão do trabalho varia na razão direta do volume e da densidade das sociedades, e, se ela própria de uma maneira continua no curso do desenvolvimento social, é por que as sociedades se tornam regularmente mais densas e, em geral, mais volumosas.*

Em todos os tempos, é bem verdade, compreendeuse que havia uma relação entre essas duas ordens de fatos; porque, para que as funções se especializem mais, é necessário que haja mais cooperadores e que eles sejam bastante próximos para poderem cooperar. Mas, de ordinário, só se costuma ver nesse estado das sociedades o meio pelo qual a divisão do trabalho se desenvolve, não a causa desse desenvolvimento. Faz-se este último depender de aspirações individuais de bem-estar e felicidade, que podem satisfazer-se tanto melhor quanto mais

as sociedades são extensas e densas. A lei que acabamos de estabelecer é bem diferente. Não dizemos que o crescimento e o adensamento das sociedades *permitem*, mas que *requerem* uma divisão maior do trabalho. Eles não são um instrumento pelo qual esta se realiza, mas sua causa determinante.¹⁴

Como é possível, porém, representar-se a maneira como essa dupla causa produz seu efeito?

II

Segundo Spencer, se o aumento do volume social tem uma influência sobre os progressos da divisão do trabalho, isso não significa que ele os determina: apenas os acelera. Esse aumento não é mais que uma condição adiuvante do fenômeno. Instável por natureza, toda massa homogênea se torna necessariamente heterogênea, quaisquer que sejam suas dimensões; contudo, ela se diferencia mais completamente e mais depressa quando é mais extensa. De fato, como essa heterogeneidade vem de que as diferentes partes da massa são expostas à ação de forças diferentes, ela é tanto maior quanto mais partes diversamente situadas houver. É o caso das sociedades:

“Quando uma comunidade, tornando-se bastante populosa, se difunde sobre uma grande extensão territorial e aí se estabelece, de tal modo que seus membros vivem e morrem em seus distritos respectivos, ela mantém suas diversas seções em circunstâncias físicas diferentes e, então, essa seções não podem mais permanecer iguais por suas ocupações. As que vivem dispersas continuam a cuidar e a cultivar a terra; as que se estendem à beira-mar se dedicam a ocupações marítimas; os habitantes de uma certa localidade, escolhida, talvez por sua posição cen-

elas serem dadas, não decorre necessariamente que sejam utilizadas. Elas são pouca coisa, em suma, comparadas com as semelhanças que os homens continuam a apresentar entre si; não são mais que um germe apenas distinto. Para que delas resulte uma especialização da atividade, é necessário que sejam desenvolvidas e organizadas, e esse desenvolvimento depende, é evidente, de outras causas que não a variedade das condições exteriores. Mas, diz Spencer, ele se consumará por si mesmo, porque segue a linha da menor resistência e porque todas as forças da natureza voltam-se inevitavelmente nessa direção. Por certo, *se os homens se especializarem, fá-lo-ão no sentido assinalado por essas diferenças naturais*, porque é dessa maneira que farão menos esforço e terão o maior proveito. Mas por que se especializam? O que os determina a penderem dessa forma para o lado pelo qual se distinguem uns dos outros? Spencer explica muito bem de que maneira se produzirá a evolução, se ela ocorrer; mas não nos diz qual o motivo que a produz. Na verdade, para ele, a questão sequer se coloca. Com efeito, ele admite que a felicidade aumenta com a força produtiva do trabalho. Portanto, todas as vezes que é dado um novo meio de dividir ainda mais o trabalho, parece-lhe impossível que não o adotemos. Mas sabemos que as coisas não acontecem assim. Na realidade, esse meio só tem valor para nós se dele precisarmos e, como o homem primitivo não tem necessidade alguma de todos esses produtos que o homem civilizado aprendeu a desejar e que uma organização mais complexa do trabalho tem por efeito, precisamente, fornecer-lhe, não podemos compreender de onde vem a especialização crescente das tarefas, a não ser que saibamos como essas novas necessidades se constituíram.

III

Se o trabalho se divide mais à medida que as sociedades se tornam mais volumosas e mais densas, não é porque, nelas, as circunstâncias externas sejam mais variadas, mas porque a luta pela vida é mais ardente.

Darwin observou com propriedade que a concorrência entre dois organismos é tanto mais viva quanto mais eles são análogos. Tendo as mesmas necessidades e perseguindo os mesmos objetivos, encontram-se por toda parte em rivalidade. Enquanto têm mais recursos do que necessitam, ainda podem viver lado a lado; mas se o seu número aumenta em tais proporções que todos os apetites não possam mais ser suficientemente satisfeitos, a guerra estoura, e é tanto mais violenta quanto mais acenada for essa insuficiência, isto é, quanto maior o número dos concorrentes. Bem diferente é o que sucede se os indivíduos que coexistem forem de espécies ou de variedades diferentes. Como eles não se nutrem da mesma maneira e não levam o mesmo gênero de vida, não incomodam uns aos outros; o que faz uns prosperarem é sem valor para os outros. As ocasiões de conflitos diminuem, pois, com as ocasiões de encontro, e isso tanto mais quanto mais distantes umas das outras forem essas espécies ou variedades. "Assim", diz Darwin, "numa região pouco extensa, aberta à imigração e em que, por conseguinte, a luta de um indivíduo com outro deve ser vivíssima, sempre se nota uma grande diversidade nas espécies que a habitam. Verifiquei que uma superfície gramada de três pés por quatro, que fora exposta durante longos anos às mesmas condições de vida, nutria vinte espécies de plantas pertencentes a dezoito gêneros e a oito ordens, o que mostra o quanto essas plantas diferiam umas das outras."¹⁶ Todo o mundo, aliás, notou que,

num mesmo campo, ao lado dos cereais, pode crescer um grande número de ervas daninhas. Os animais também se saem com tanto maior facilidade da luta quanto mais são diferentes. Num carvalho, podemos encontrar até duzentas espécies de insetos que mantêm umas com as outras apenas relações de boa vizinhança. Uns se alimentam dos frutos da árvore, outros das folhas, outros da casca e das raízes. "Seria absolutamente impossível que semelhante número de indivíduos vivesse nessa árvore", diz Haeckel, "se todos pertencessem à mesma espécie, se todos, por exemplo, vivessem à custa da casca ou apenas das folhas."¹⁷ Do mesmo modo, também, no interior do organismo, o que atenua a concorrência entre os diferentes tecidos é que eles se alimentam de substâncias diferentes.

Os homens são sujeitos à mesma lei. Numa mesma cidade, as profissões diferentes podem coexistir sem serem obrigadas a se prejudicar reciprocamente, porque elas perseguem objetivos diferentes. O soldado busca a glória militar, o padre, a autoridade moral, o estadista, o poder, o industrial, a riqueza, o cientista, o renome científico; logo, cada um pode alcançar seu objetivo sem impedir os outros de alcançar o deles. Também assim é mesmo quando as funções são menos distantes uma das outras: o médico oculista não faz concorrência ao que trata das doenças mentais, nem o sapateiro ao chapeleiro, nem o pedreiro ao marceneiro, nem o físico ao químico, etc. Como prestam serviços diferentes, podem prestá-los paralelamente.

No entanto, quanto mais as funções se aproximam, mais há entre elas pontos de contato, mais, por conseguinte, elas são expostas a se combaterem. Como, nesse caso, elas satisfazem por meios diferentes necessidades semelhantes, é inevitável que procurem avançar mais ou menos no domínio da outra. Nunca o magistrado concor-

re com o industrial; mas o cervejeiro e o vinhateiro, o fabricante de tecidos e o fabricante de sedas, o poeta e o músico muitas vezes se esforçam por se suplantarem um ao outro. Quanto aos que desempenham exatamente a mesma função, só podem prosperar em detrimento uns dos outros. Portanto, se representarmos essas diferentes funções sob a forma de um feixe ramificado, oriundo de um tronco comum, a luta está em seu mínimo entre os pontos extremos, aumentando regularmente à medida que nos aproximamos do centro. Assim acontece não só no interior de cada cidade, mas em toda a extensão da sociedade. As profissões similares situadas nos diferentes pontos do território movem-se uma concorrência tanto mais acirrada quanto mais são semelhantes, contanto que a dificuldade das comunicações e dos transportes não restrinja seu círculo de ação.

Posto isso, é fácil compreender que todo adensamento da massa social, sobretudo se for acompanhado de um aumento da população, determina necessariamente progressos da divisão do trabalho.

De fato, representemo-nos um centro industrial que alimenta certa região do país com um produto especial. O desenvolvimento que é capaz de alcançar é duplamente limitado, primeiro pela extensão das necessidades que se trata de satisfazer, ou, como se diz, pela extensão do mercado, em seguida pela potência dos meios de produção de que dispõe. Normalmente, ele não produz mais do que o necessário, nem muito menos mais do que pode. Mas, se lhe é impossível superar o limite assim definido, ele se esforça por alcançá-lo; porque é da natureza de uma força desenvolver toda a sua energia enquanto nada vem detê-la. Chegando a esse ponto, está adaptado a suas condições de existência, encontra-se numa posição de equilíbrio que não pode mudar, se nada mudar.

// Mas eis que uma região, até então independente desse centro, é ligada a ele por uma via de comunicação que suprime parcialmente a distância. De imediato, umas barreiras que detinham seu desenvolvimento é retirada, ou, pelo menos, recua; o mercado se amplia, há agora mais necessidades a satisfazer. Sem dúvida, se todas as empresas específicas que ele compreende já houvessem realizado o máximo de produção que podem alcançar, como não seriam capazes de se ampliar mais, as coisas permaneceriam no mesmo estado. Mas tal condição é totalmente ideal. Na realidade, sempre há um número mais ou menos grande de empresas que não alcançaram seu limite e que, por conseguinte, têm impulso para ir mais longe. Como um espaço vazio lhes é aberto, elas procuram necessariamente difundir-se nele e preenchê-lo. Se nele encontram empresas semelhantes e capazes de resistir a elas, as segundas contêm as primeiras, limitam-se mutuamente e, por conseguinte, suas relações mútuas não mudam. Há, sem dúvida, mais concorrentes; porém, como dividem entre si um mercado mais vasto, a parte de cada um dos dois campos permanece a mesma. Mas se houver concorrentes que apresentam alguma inferioridade, deverão necessariamente ceder o terreno que ocupavam até então e em que já não podem se manter nas novas condições em que a luta se trava. Então, não têm outra alternativa senão desaparecer ou transformar-se, e tal transformação deve necessariamente resultar numa nova especialização. Porque se, em vez de criarem imediatamente mais uma especialidade, os mais fracos preferissem adotar outra profissão, mas que já existia, precisariam entrar em concorrência com os que a exerceram até então. Portanto, a luta não estaria mais encerrada, mas apenas deslocada, e produziria suas seqüências num outro ponto. Finalmente, seria necessário haver em al-

gum lugar ou uma eliminação, ou uma nova diferenciação. Não é necessário acrescentar que, se a sociedade conta efetivamente com mais membros e que estes, ao mesmo tempo, são mais próximos uns dos outros, a luta ainda é mais acesa e a especialização que dela resulta, mais rápida e mais completa.

Em outras palavras, na medida em que a constituição social é segmentária, cada segmento tem seus órgãos próprios que são como que protegidos e mantidos a distância dos órgãos semelhantes por meio das paredes que separam os diferentes segmentos. Mas, à medida que as paredes desaparecem, é inevitável que os órgãos similares se alcancem, entrem em luta e se esforcem por substituir-se uns aos outros. Ora, como quer que se faça essa substituição, dela não pode deixar de resultar algum progresso no caminho da especialização. Porque, de um lado, o órgão segmentário que triunfa, se assim podemos falar, não pode bastar para a tarefa mais vasta que lhe cabe doravante, a não ser graças a uma maior divisão do trabalho; e, de outro lado, os vencidos só se podem manter concentrando-se apenas numa parte da função total que até então desempenhavam. O pequeno patrão torna-se contramestre, o pequeno comerciante, empregado, etc. Aliás, essa parte pode ser mais ou menos considerável, conforme a inferioridade seja mais ou menos acentuada. Acontece até de a função primitiva se dissociar simplesmente em duas frações de igual importância. Em vez de entrarem ou permanecerem em concorrência, duas empresas semelhantes encontram o equilíbrio dividindo entre si sua tarefa comum; em vez de subordinarem-se, elas se coordenam. Mas, em todos os casos, aparecem novas especialidades.

Conquanto os exemplos que precedem sejam tomados sobretudo da vida econômica, essa explicação se

aplica a todas as funções sociais indistintamente. O trabalho científico, artístico, etc. não se divide de outra maneira, nem por outras razões. É também em virtude das mesmas causas que, como vimos, o aparelho regulador central absorve em si os órgãos reguladores locais e os reduz ao papel de auxiliares especiais.

De todas essas mudanças, acaso resulta um aumento da felicidade média? Não vemos a que causa ele se deve-ria. A maior intensidade da luta implica novos e penosos esforços, que não são de natureza a tornar os homens mais felizes. Tudo acontece mecanicamente. Uma ruptura de equilíbrio na massa social suscita conflitos que só podem ser resolvidos por uma divisão do trabalho mais desenvolvida: este é o motor do progresso. Quanto às circunstâncias externas, às combinações variadas da herança, assim como os declives do terreno determinam a direção de uma corrente, mas não a criam, elas assinalam o sentido em que se faz a especialização, onde ela é necessária, mas não a requerem. As diferenças individuais que elas produzem permaneceriam no estado de virtualidade se, para enfrentar essas novas dificuldades, fôssemos obrigados a salientá-las e desenvolvê-las.

A divisão do trabalho é, pois, um resultado da luta pela vida, mas é um seu desenlace atenuado. De fato, graças a ela, os rivais não são obrigados a se eliminarem mutuamente, mas podem coexistir uns ao lado dos outros. Por isso, à medida que se desenvolve, ela fornece a um maior número de indivíduos que, em sociedades mais homogêneas, seriam condenados a desaparecer; os meios para se manterem e sobreviverem. Em muitos povos inferiores, todo organismo imperfeito devia fatalmente perecer, pois não era utilizável para nenhuma função. Por vezes, a lei, antecipando-se aos resultados da seleção natural e, de certa forma, consagrando-os, condenava à

morte os recém-nascidos doentes ou frágeis, e o próprio Aristóteles¹⁸ achava esse uso natural. Bem diferente é o que sucede nas sociedades mais avançadas. Um indivíduo enfermo pode encontrar nos marcos complexos da nossa organização social um lugar em que lhe seja possível prestar serviços. Se for fraco apenas de corpo, mas se o cérebro for são, consagrar-se-á ao trabalho de gabinete, às funções especulativas. Se seu cérebro é que é frágil, "deverá, sem dúvida, renunciar a enfrentar a grande concorrência intelectual, mas a sociedade tem, nos alvéolos secundários de sua colmeia, lugares pequenos o bastante, que impedem-no de ser eliminado"¹⁹. Do mesmo modo, entre os povos primitivos, o inimigo vencido é morto; onde as funções produtivas são separadas das funções militares, ele subsiste ao lado do vencedor na qualidade de escravo.

Há certas circunstâncias em que funções diferentes entram em concorrência. Assim, no organismo individual, após um jejum prolongado, o sistema nervoso se nutre à custa dos outros órgãos, e o mesmo fenômeno se produz se a atividade cerebral adquire um desenvolvimento demasiado considerável. O mesmo acontece na sociedade. Em tempo de fome ou de crise econômica, as funções vitais são obrigadas, para se manterem, a garantir sua subsistência em detrimento das funções menos essenciais. As indústrias de luxo periclitam, e as porções da fortuna pública que serviam para mantê-las são absorvidas pelas indústrias de alimentação ou de artigos de primeira necessidade. Ou, então, pode acontecer que um organismo atinja um grau de atividade anormal, desproporcional às necessidades, e que, para prover às despesas causadas por esse desenvolvimento exagerado, lhe seja necessário tomar uma parte do que cabe aos outros. Por exemplo, há sociedades em que há funcionários demais,

ou soldados demais, ou oficiais demais, ou intermediários demais, ou sacerdotes demais, etc.; as outras profissões sofrem com essa hipertrofia. Mas todos esses casos são patológicos; eles se devem ao fato de que a nutrição do organismo não se faz regularmente, ou de que o equilíbrio funcional é quebrado.

Mais uma objeção se apresenta ao espírito.

Uma indústria só pode viver se corresponder a alguma necessidade. Uma função só pode se especializar se essa especialização corresponder a uma necessidade da sociedade. Ora, toda nova especialização tem por resultado aumentar e melhorar a produção. Se essa vantagem não é a razão de ser da divisão do trabalho, é, porém, sua consequência necessária. Por conseguinte, um progresso só se pode estabelecer de uma maneira duradoura se os indivíduos sentirem realmente a necessidade de produtos mais abundantes ou de melhor qualidade. Enquanto a indústria dos transportes não estava constituída, cada um se deslocava com os meios de que dispunha, e as pessoas estavam acostumadas a esse estado de coisas. No entanto, para que tenha podido tornar-se uma especialidade, foi necessário que os homens deixassem de se contentar com o que até então lhes bastara e se tornassem mais exigentes. Mas de onde podem vir essas novas exigências?

Elas são um efeito da mesma causa que determina os progressos da divisão do trabalho. De fato, acabamos de ver que tais progressos se devem ao maior ardor na luta. Ora, uma luta mais violenta é inseparável de um maior emprego de forças e, por conseguinte, de maiores fadigas. Mas, para que a vida se mantenha, é sempre necessário que a reparação seja proporcional à despesa; é por isso que os alimentos que, até então, bastavam para

restaurar o equilíbrio orgânico passam a ser insuficientes. É necessária uma alimentação mais abundante e mais seleta. É assim que o camponês, cujo trabalho é menos esgotante do que o do operário das cidades, se mantém igualmente bem, embora com uma alimentação mais pobre. Este não pode contentar-se com uma alimentação vegetal e, ainda assim, mesmo nessas condições, tem muita dificuldade para compensar o déficit que um trabalho intenso e contínuo aprofunda a cada dia no organismo²⁰.

Por outro lado, é sobretudo o sistema nervoso central que arca com todos esses ônus²¹, pois é necessário tratar de encontrar meios para sustentar a luta, para criar novas especialidades, para aclimatá-las, etc. De maneira geral, quanto mais o ambiente está sujeito à mudança, maior se torna o papel da inteligência na vida; pois só ela pode encontrar as novas condições de um equilíbrio que se rompe sem cessar e restaurá-lo. Portanto, a vida cerebral se desenvolve ao mesmo tempo que a concorrência se torna mais acesa, e na mesma medida. Constatam-se esses progressos paralelos não apenas na elite, mas em todas as classes da sociedade. Também quanto a esse ponto, basta comparar o operário ao agricultor; é um fato conhecido que o primeiro é muito mais inteligente, apesar do caráter maquinal das tarefas a que costuma ser consagrado. Aliás, não é sem razão que as doenças mentais caminham a par e a passo com a civilização, nem que elas grassam nas cidades de preferência ao campo, e mais nas grandes cidades do que nas pequenas²². Ora, um cérebro mais volumoso e mais delicado tem exigências diferentes das de um encefalo mais grosseiro. Penas ou privações que este sequer sentia abalam dolorosamente aquele. Pelo mesmo motivo, são necessários estímulos menos simples para afetar de maneira

agradável esse órgão, uma vez que ele se refinou, e em maior quantidade, porque, ao mesmo tempo, ele se desenvolveu. Enfim, mais do que todas as outras, as necessidades propriamente intelectuais aumentam²³; explicações grosseiras já não podem satisfazer aos espíritos mais apurados. Novas clarezas são reclamadas e a ciência entretem essas aspirações ao mesmo tempo que as satisfaz.

Portanto, todas essas mudanças são produzidas mecanicamente por causas necessárias. Se nossa inteligência e nossa sensibilidade se desenvolvem e se aguçam, é porque as exercemos mais; e, se as exercemos mais, é porque somos forçados a tanto pela maior violência da luta que temos de travar. Eis como, sem ter desejado, a humanidade se encontra apta a receber uma cultura mais intensa e mais variada.

Entretanto, se outro fator não intervesse, essa simples predisposição não seria capaz de suscitar por si mesma os meios de se satisfazer, pois constitui tão-somente uma aptidão a gozar e, segundo a observação de Bain, "simples aptidões a gozar não provocam necessariamente o desejo. Podemos ser constituídos de modo a sentir prazer em cultivar a música, a pintura, a ciência, mas a não desejá-lo, se sempre fomos impedidos disso"²⁴. Mesmo quando somos levados em direção a um objeto por um impulso hereditário muito forte, só podemos desejá-lo depois de termos entrado em relação com ele. O adolescente que nunca ouviu falar de relações sexuais, nem das alegrias que elas proporcionam, pode muito bem sentir um mal-estar vago e indefinível; pode ter a sensação de que algo lhe está faltando, mas não sabe o quê; por conseguinte, não tem desejos sexuais propriamente ditos e, por isso, essas aspirações indeterminadas podem desviar-se facilmente de seus fins naturais e de sua direção normal. Mas, no momento em que o homem se acha em

condições de desfrutar desses novos gozos e os deseja, mesmo se de maneira inconsciente, encontra-os a seu alcance, porque a divisão do trabalho, ao mesmo tempo, desenvolveu-se e forneceu-os a ele. Sem que haja nisso a menor harmonia preestabelecida, essas duas ordens de fatos se encontram, simplesmente porque são efeitos de uma mesma causa.

Eis como podemos conceber de que maneira esse encontro se dá. A atração da novidade já bastaria para levar o homem a experimentar esses prazeres. Ele é, inclusive, tanto mais naturalmente propenso a eles quanto a riqueza e a complexidade maiores desses estímulos fazem-no achar mais medíocres aqueles com que se contentara até então. Aliás, ele pode se adaptar mentalmente a eles antes de tê-los experimentado; e como, na realidade, correspondem às mudanças que se fizeram em sua constituição, pressente que os apreciará. A experiência vem, em seguida, confirmar esses pressentimentos; as necessidades que estavam adormecidas despertam, determinam-se, tomam consciência de si e se organizam. Isso não quer dizer, todavia, que essa adaptação seja, em todos os casos, tão perfeita assim, que cada novo produto, devido a novos progressos da divisão do trabalho, sempre corresponda a uma necessidade real da nossa natureza; ao contrário, é verossímil que, com muita frequência, as necessidades só se contraem porque nos acostumamos ao objeto a que se referem. Esse objeto não era nem necessário, nem útil, mas sucedeu que o experimentamos várias vezes e nos acostumamos tanto com ele que já não podemos dispensá-lo. As harmonias que resultam de causas totalmente mecânicas nunca podem deixar de ser imperfeitas e aproximadas, mas são suficientes para manter a ordem em geral. É o que acontece com a divisão do trabalho. Os progressos que ela faz se acham, não em to-

dos os casos, mas geralmente, em harmonia com as mudanças que ocorrem no homem, e é isso que lhes permite durar.

Porém, mais uma vez, nem por isso somos mais felizes. Sem dúvida, uma vez que essas necessidades foram estimuladas, elas não podem permanecer insatisfeitas sem que haja dor. Mas nossa felicidade não é maior por elas serem estimuladas. O ponto de referência em relação ao qual medíamos a intensidade relativa de nossos prazeres é deslocado; daí resulta uma subversão de toda a graduação. Mas essa desclassificação dos prazeres não implica um aumento. Como o ambiente já não era o mesmo, tivemos de mudar, e essas mudanças determinaram outras em nossa maneira de sermos felizes. Mas quem diz mudanças não diz necessariamente progressos.

Vê-se o quanto a divisão do trabalho nos aparece sob um aspecto diferente do que se mostra aos economistas. Para eles, ela consiste essencialmente em produzir mais. Para nós, essa maior produtividade é apenas uma consequência necessária, um reflexo do fenômeno. Se nos especializarmos, não é para produzir mais, e sim para podermos viver nas novas condições de existência que nos são criadas.

IV

Um corolário de tudo o que precede é que a divisão do trabalho só se pode efetuar entre os membros de uma sociedade já constituída.

De fato, quando a concorrência opõe indivíduos isolados e estranhos uns aos outros, ela não pode deixar de separá-los ainda mais. Se eles dispõem livremente do espaço, evitar-se-ão; se não podem sair dos limites determi-

nados, se diferenciariam, mas de maneira a se tornarem ainda mais independentes uns dos outros. Não podemos citar nenhum caso em que relações de pura hostilidade se tenham transformado, sem a intervenção de algum outro fator, em relações sociais. Por isso, como entre os indivíduos de uma mesma espécie animal ou vegetal não há, em geral, vínculo algum, a guerra que travam uns contra os outros tem como único resultado diversificá-los, dar origem a variedades dessemelhantes e que se afastam cada vez mais umas das outras. Foi essa divergência progressiva que Darwin chamou de lei da divergência dos caracteres. Ora, a divisão do trabalho une ao mesmo tempo que opõe; faz convergir as atividades que diferenciam; aproxima aqueles que separa. Já que a concorrência não pode ter determinado essa aproximação, é necessário que esta última tenha preexistido; é necessário que os indivíduos entre os quais a luta se trava já sejam solidários e o sintam, isto é, pertençam a uma mesma sociedade. É por isso que, onde esse sentimento de solidariedade é fraco demais para resistir à influência dispersiva da concorrência, esta gera efeitos bem diferentes da divisão do trabalho. Nos países em que a existência é demasiado difícil, em consequência da extrema densidade da população, os habitantes, em vez de se especializarem, retiram-se definitiva ou provisoriamente da sociedade: eles emigram para outras regiões.

Basta, aliás, representar-se o que é a divisão do trabalho para compreender que não pode ser de outro modo. De fato, ela consiste na divisão de funções até então comuns. Mas essa divisão não pode ser levada a cabo a partir de um plano preconcebido; não se pode dizer de antemão onde deve se achar a linha divisória entre as tarefas, depois de separadas; porque ela não é marcada com tal evidência na natureza das coisas, mas depende,

século, a mais formidável que já se viu, para lhes impor sua noção e lhes demonstrar sua necessidade. A tentativa feita no congresso de Viena e nos congressos que o seguiram para dar à Europa uma organização elementar foi um progresso, não um retorno ao passado."²⁸ Inversamente, todo retorno de um nacionalismo estreito sempre tem por consequência um desenvolvimento do espírito protecionista, isto é, uma tendência dos povos a se isolarem, econômica e moralmente, uns dos outros.

Se, no entanto, em certos casos, povos que não se mantêm unidos por nenhum vínculo e que, por vezes, até se consideram inimigos²⁹ trocam produtos entre si de uma maneira mais ou menos regular, trata-se de simples relações de *mutualismo*, que nada têm em comum com a divisão do trabalho³⁰. Porque, do fato de dois organismos diferentes terem propriedades que se ajustam proveitosamente, não decorre que haja entre eles uma divisão de funções³¹.

CAPÍTULO III

OS FATORES SECUNDÁRIOS

A INDETERMINAÇÃO PROGRESSIVA DA CONSCIÊNCIA COMUM E SUAS CAUSAS

Vimos na primeira parte deste trabalho que a consciência coletiva tornava-se mais fraca e mais vaga à medida que a divisão do trabalho se desenvolvia. É inclusive em consequência dessa indeterminação progressiva que a divisão do trabalho se torna a fonte principal da solidiedade. Já que esses dois fenômenos estão ligados a tal ponto, não é inútil investigar as causas dessa regressão. Sem dúvida, mostrando com que regularidade ela se produz, estabelecemos diretamente que ela depende com certeza de algumas condições fundamentais da evolução social. Mas essa conclusão do livro precedente seria mais incontestável ainda se pudéssemos descobrir quais são essas condições.

Esse problema, aliás, é solidário com o que estamos tratando. Acabamos de mostrar que os progressos da divisão do trabalho devem-se à mais forte pressão exercida

pelas unidades sociais umas sobre as outras e que as obriga a se desenvolverem em sentidos cada vez mais divergentes. Mas essa pressão é neutralizada a cada instante por uma pressão em sentido contrário, que a consciência comum exerce sobre cada consciência particular. Enquanto uma nos impele a criar uma nossa personalidade distinta, a outra, ao contrário, obriga-nos a nos parecer com todos os outros. Enquanto a primeira nos inclina a seguir as propensões de nossa natureza pessoal, a segunda nos retém e nos impede de nos desviarmos do tipo coletivo. Em outras palavras, para que a divisão do trabalho possa nascer e crescer, não basta que haja nos indivíduos germes de aptidões especiais, nem que eles sejam estimulados a variar no sentido dessas aptidões; é necessário, além disso, que as variações individuais sejam possíveis. Ora, elas não se podem produzir quando se encontram em oposição a algum estado forte e definido da consciência coletiva, pois quanto mais um estado é forte, mais ele resiste a tudo o que for capaz de debilitá-lo; quanto mais é definido, menos espaço deixa para as mudanças. Portanto, pode-se prever que o progresso da divisão do trabalho será tanto mais difícil e lento quanto mais a consciência comum tiver vitalidade e precisão. Inversamente, será tanto mais rápido quanto mais o indivíduo puder pôr-se facilmente em harmonia com seu meio pessoal. Mas, para tanto, não basta que esse meio exista: é necessário, além disso, que cada um seja livre de a ele se adaptar, isto é, seja capaz de se mover com independência, mesmo que todo o grupo não se mova ao mesmo tempo e na mesma direção. Ora, sabemos que os movimentos próprios dos particulares são tanto mais raros quanto mais desenvolvida for a solidariedade mecânica.

São numerosos os exemplos em que podemos observar diretamente essa influência neutralizadora da cons-

ciência comum sobre a divisão do trabalho. Enquanto a lei e os costumes fazem da inalienabilidade e da indivisão da propriedade imobiliária uma obrigação estrita, as condições necessárias ao aparecimento da divisão do trabalho não nasceram. Cada família forma uma massa compacta, e todas se consagram à mesma ocupação, à exploração do patrimônio hereditário. Entre os eslavos, a *zadruga* cresce com frequência em tais proporções, que a miséria é grande nela; no entanto, como o espírito doméstico é muito forte, em geral continua-se a viver junto, em vez de se ir exercer fora da *zadruga* profissões especiais, como as de marinheiro e comerciante. Em outras sociedades, em que a divisão do trabalho é mais avançada, cada classe tem funções determinadas, sempre as mesmas, que são subtraídas a qualquer inovação. Em outras, há categorias inteiras de profissões cujo acesso é mais ou menos formalmente vedado aos cidadãos. Na Grécia¹, em Roma², a indústria e o comércio eram carreiras desprezadas; entre os cabilas, certos ofícios, como os de açougueiro, de fabricante de calçados, etc., são estigmatizadas pela opinião pública³. Portanto, a especialização não se pode fazer nessas diversas direções. Enfim, mesmo entre povos em que a vida econômica já atingiu certo desenvolvimento, como entre nós na época das antigas corporações, as funções eram regulamentadas de tal modo que a divisão do trabalho não podia progredir. Onde todos eram obrigados a fabricar da mesma maneira, qualquer variação individual era impossível⁴.

O mesmo fenômeno se produz na vida representativa das sociedades. A religião, essa forma eminentemente da consciência comum, absorve primitivamente todas as funções representativas, junto com as funções práticas. As primeiras só se dissociam das segundas quando a filosofia aparece. Ora, esta só é possível quando a religião

perde um pouco de seu império. Essa nova maneira de representar as coisas choça a opinião coletiva, que resiste. Foi dito algumas vezes que é o livre exame que faz regressir as crenças religiosas; mas ele supõe, por sua vez, uma regressão prévia dessas mesmas crenças. Ele só se pode produzir se a fé com um permitir.

O mesmo antagonismo se manifesta cada vez que uma nova ciência se funda. O próprio cristianismo, enquanto tenha logo aberto à reflexão individual um espaço maior do que qualquer outra religião, não pôde escapar dessa lei. Sem dúvida, a oposição foi menos acesa enquanto os sábios limitaram seus estudos ao mundo material, pois ele era deixado, em princípio, à disputa dos homens. Mas, como esse abandono nunca foi completo, como o Deus cristão não é inteiramente estranho às coisas da terra, aconteceu necessariamente que, em mais de um ponto, as próprias ciências naturais encontraram na fé um obstáculo. Mas a resistência tornou-se enérgica sobretudo quando o homem passou a ser objeto de ciência. De fato, o crente não pode deixar de repugnar a idéia de que o homem seja estudado como um ser natural, análogo aos outros, e os fatos morais, como os fatos da natureza — e sabemos o quanto esses sentimentos coletivos, sob as diferentes formas que assumiram, perturbaram o desenvolvimento da psicologia e da sociologia.

Portanto, não se explicou completamente os progressos da divisão do trabalho quando se demonstrou que eles são necessários em consequência das mudanças sobrevindas no meio social; mas eles dependem ainda de fatores secundários que podem facilitar, prejudicar ou entrar completamente seu curso. De fato, não se deve esquecer que a especialização não é a única solução possível para a luta pela vida: também há a integração, a coloração, a resignação a uma existência precária e mais

disputada, enfim, a eliminação total dos mais fracos pelo suicídio ou qualquer outro modo. Já que o resultado é, em certa medida, contingente e que os combatentes não são necessariamente impelidos a uma dessas soluções, com exclusão das demais, eles tendem para a que está mais ao seu alcance. Sem dúvida, se nada impede que a divisão do trabalho se desenvolva, eles se especializam. Mas se as circunstâncias tornam impossível ou demasiado difícil esse desenlace, será necessário recorrer a algum outro.

O primeiro desses fatores secundários consiste numa maior independência dos indivíduos em relação ao grupo, permitindo-lhes variar livremente. A divisão fisiológica do trabalho é submetida à mesma condição. “Mesmo aproximados uns dos outros”, diz Perrier, “os elementos anatómicos conservaram respectivamente toda a sua individualidade. Qualquer que seja sua quantidade, tanto nos organismos mais elevados como nos mais humildes, eles se nutrem, crescem e se reproduzem sem se preocupar com seus vizinhos. É nisso que consiste a *lei de independência dos elementos anatómicos*, que se tornou tão fecunda nas mãos dos fisiologistas. Essa independência deve ser considerada a condição necessária para o livre exercício de uma faculdade mais geral dos plásticos: a variabilidade sob a ação das circunstâncias exteriores ou, até, de certas forças imanes aos protoplasmas. Graças à sua aptidão a variar e à sua independência recíproca, os elementos nascidos uns dos outros e, primitivamente, todos semelhantes entre si, puderam modificar-se em sentidos diferentes, assumir formas diversas, adquirir novas funções e propriedades.”⁵

Ao contrário do que acontece nos organismos, essa independência não é, nas sociedades, um fato primitivo, pois, no princípio, o indivíduo está absorvido no grupo. Mas vimos que ela aparece mais tarde e progride regular-

mente ao mesmo tempo que a divisão do trabalho, em consequência da regressão da consciência coletiva. Resta investigar como essa condição útil da divisão do trabalho social se realiza à medida que é necessária. Sem dúvida, isso se dá porque ela mesma depende das causas que determinaram os progressos da especialização. Mas como o aumento das sociedades em volume e em densidade pode ter esse resultado?

I

Numa pequena sociedade, como todo o mundo está posto sensivelmente nas mesmas condições de existência, o meio coletivo é essencialmente concreto. Ele é feito dos seres de toda espécie que enchem o horizonte social. Os estados de consciência que o representam têm, pois, o mesmo caráter. De início, referem-se a objetos precisos, como este animal, esta árvore, esta planta, esta força natural, etc. Depois, como todo o mundo está situado da mesma maneira em relação a essas coisas, elas afetam da mesma maneira todas as consciências. Toda a vida, se não for demasiado extensa, goza ou sofre igualmente das vantagens ou dos inconvenientes do sol ou da chuva, do calor ou do frio, de determinado rio, de determinada fonte, etc. As impressões coletivas que resultam da fusão de todas essas impressões individuais são, pois, determinadas tanto em sua forma como em seus objetivos e, portanto, a consciência comum possui um caráter definido. Mas ela muda de natureza à medida que as sociedades se tornam mais volumosas. Por se estenderem estas últimas sobre uma superfície mais vasta, ela mesma é obrigada a elevar-se acima de todas as diversidades locais, a dominar mais o espaço e, por conseguinte, a se

tomar mais abstrata. Pois só as coisas gerais é que podem ser comuns a todos esses diversos meios. Não é mais determinado animal, mas determinada espécie; determinada fonte, mas as fontes; determinada floresta, mas a floresta *in abstracto*.

Por outro lado, dado que as condições de vida não são mais as mesmas em toda parte, esses objetos comuns, quaisquer que sejam, não podem mais determinar por toda parte sentimentos tão perfeitamente idênticos. Portanto, as resultantes coletivas já não têm a mesma nitidez, e isso tanto mais quanto mais dessemelhantes forem os elementos componentes. Quanto mais diferença existir entre os retratos individuais que serviram para fazer um retrato composto, mais este será incerto. É verdade que as consciências coletivas locais podem conservar sua individualidade no seio da consciência coletiva geral e que, como abrangem horizontes menores, permanecem mais facilmente concretas. Mas sabemos que elas se desvanecem pouco a pouco no seio da primeira, à medida que se retraem os segmentos sociais a que correspondem.

O fato que talvez melhor manifeste essa tendência crescente da consciência comum é a transcendência paralela do mais essencial de seus elementos: falo da noção de divindade. Na origem, os deuses não são distintos do universo, ou, antes, não há deuses, mas apenas seres sagrados, sem que o caráter sagrado de que se revestem seja relacionado a alguma entidade exterior, como sendo sua fonte. Os animais ou os vegetais da espécie que serve de totem ao clã são o objeto do culto, mas não é que um princípio *sui generis* venha comunicar-lhes do exterior sua natureza divina. Essa natureza lhes é intrínseca; eles são divinos por si próprios. Mas, pouco a pouco, as forças religiosas se destacam das coisas de que, a princípio, não eram mais que atributos e se hipostasiam. For-

ma-se, assim, a noção de espíritos ou de deuses que, residindo de preferência aqui ou ali, existem, porém, fora dos objetos particulares a que são mais especialmente vinculados. Por isso mesmo, têm qualquer coisa de menos concreto. Todavia, quer sejam múltiplos, quer tenham sido reduzidos a certa unidade, ainda são imanes ao mundo. Separados, em parte, das coisas, estão sempre no espaço. Permanecem, pois, bem perto de nós, constantemente inseridos em nossa vida. O politeísmo greco-latino, que é uma forma mais elevada e mais bem organizada do animismo, assinala um novo progresso no sentido da transcendência. A residência dos deuses se torna mais nitidamente distinta da dos homens. Retirados nas alturas misteriosas do Olimpo ou nas profundezas da terra, não intervêm mais pessoalmente nos assuntos humanos, a não ser de maneira bastante intermitente. Mas é apenas com o cristianismo que Deus sai definitivamente do espaço: seu reino não é mais deste mundo; a dissociação entre a natureza e o divino é, inclusive, tão completa que degenera em antagonismo. Ao mesmo tempo, a noção da divindade se torna mais geral e mais abstrata, pois é formada não de sensações, como no princípio, mas de idéias. O Deus da humanidade tem, necessariamente, menos compreensão que os deuses da cidade ou do clã.

Aliás, ao mesmo tempo que a religião, as regras do direito se universalizam, assim como as da moral. Ligadas de início a circunstâncias locais, a particularidades étnicas, climáticas, etc., emancipam-se pouco a pouco destas e, com isso, se tornam mais gerais. O que torna sensível esse aumento de generalidade é o declínio ininterrupto do formalismo. Nas sociedades inferiores, a própria forma externa da conduta é determinada inclusive em seus detalhes. A maneira como o homem deve alimentar-se, vestir-se em cada circunstância, os gestos que deve

fazer, as fórmulas que deve pronunciar são estabelecidas com precisão. Ao contrário, quanto mais distantes do ponto de partida, mais as prescrições morais e jurídicas perdem sua nitidez e sua precisão. Elas passam a regular apenas as formas mais gerais da conduta, e fazem-no de uma maneira bastante geral, dizendo o que deve ser feito, não como deve sê-lo. Ora, tudo o que é definido exprime-se sob uma forma definida. Se tivessem a mesma determinação de outrora, os sentimentos coletivos não se exprimiriam de uma maneira menos determinada. Se os detalhes concretos da ação e do pensamento fossem tão uniformes, seriam tão obrigatórios.

Observou-se com frequência que a civilização tendia a se tornar mais racional e mais lógica; vemos agora qual a causa disso. Só é racional o que é universal; o que confunde o entendimento é o particular e o concreto. Só pensamos direito o geral. Por conseguinte, quanto mais a consciência comum está próxima das coisas particulares, mais ela traz exatamente a sua marca, mais também é ininteligível. Eis de onde vem o efeito que as civilizações primitivas exercem sobre nós. Não podendo reduzi-las a princípios lógicos, somos levados a não ver nelas nada mais que combinações bizarras e fortuitas de elementos heterogêneos. Na realidade, elas nada têm de artificial; mas é necessário investigar suas causas determinantes em sensações e movimentos da sensibilidade, não em conceitos, e se é assim, é porque o meio social para o qual são feitas não é suficientemente extenso. Ao contrário, quando a civilização se desenvolve num campo de ação mais vasto, quando se aplica a maior número de pessoas e de coisas, as idéias gerais aparecem necessariamente e se tornam predominantes. A noção de homem, por exemplo, substitui, no direito, na moral, na religião, a do romano, que, mais concreta, é mais refratária à ciência. Portanto, é

o aumento de volume das sociedades e seu maior adensamento que explicam essa grande transformação.

Ora, quanto mais a consciência comum se torna geral, mais cede lugar às variações individuais. Quando Deus está longe das coisas e dos homens, sua ação não se dá mais em todos os instantes e já não se estende a tudo. De fixo, só há as regras abstratas, que podem ser livremente aplicadas de maneiras muito diferentes. Mas elas não têm mais nem a mesma ascendência, nem a mesma força de resistência. Com efeito, se as práticas e as fórmulas, quando precisas, determinam o pensamento e os movimentos com uma necessidade análoga à dos reflexos, ao contrário, esses princípios gerais só podem transportar-se aos fatos com o concurso da inteligência. Ora, uma vez a reflexão despertada, não é fácil contê-la. Quando ela adquire forças, desenvolve-se espontaneamente além dos limites que lhe foram atribuídos. Começa-se colocando alguns artigos de fé acima da discussão, depois a discussão se estende até eles. Quer-se entendê-los, pergunta-se sua razão de ser e, de certo modo, eles passam por essa prova, deixando nela uma parte de sua força. Porque as idéias refletidas nunca têm a mesma força coerciva dos instintos; assim é que movimentos que foram deliberados não têm a instantaneidade dos movimentos involuntários. Por se tornar mais racional, a consciência coletiva se torna, pois, menos imperativa e, também por essa razão, ela incomoda menos o livre desenvolvimento das variedades individuais.

II

Mas não é essa causa a que mais contribui para produzir esse resultado.

O que dá força aos estados coletivos não é apenas o fato de serem comuns à geração presente, mas sobretudo o de serem, em sua maioria, um legado das gerações anteriores. De fato, a consciência comum só se constitui muito lentamente e se modifica no mesmo ritmo. É necessário algum tempo para que uma forma de conduta ou uma crença chegue a esse grau de generalidade e de cristalização, algum tempo também para que o perca. Portanto, ela é quase toda um produto do passado. Ora, o que vem do passado é, em geral, objeto de um respeito todo particular. Uma prática a que todo o mundo se conforma unanimemente possui, sem dúvida, um grande prestígio; mas se, além disso, conta com o assentimento dos ancestrais, ousa-se ainda menos esquivar-se dela. Assim, a autoridade da consciência coletiva é constituída em grande parte da autoridade da tradição. Veremos que esta diminui necessariamente à medida que o tipo segmentário desaparece.

De fato, quando este é muito pronunciado, os segmentos formam várias pequenas sociedades mais ou menos fechadas umas às outras. Onde possuem uma base familiar, é tão difícil mudar de segmento quanto mudar de família, e se, quando só têm uma base territorial, as barreiras que os separam são menos intrançáveis, mas persistem. Na Idade Média, ainda era difícil para um operário encontrar trabalho numa cidade que não a sua?; as alfândegas internas formavam, aliás, em torno de cada compartimento social um cinturão que o protegia contra as infiltrações de elementos estranhos. Nessas condições, o indivíduo fica preso ao solo onde nasceu, tanto pelos vínculos que o ligam a ele, como por ser repellido em outros lugares; a raridade das vias de comunicação e de transmissão é uma prova dessa oclusão de cada segmento. Por contragolpe, as causas que mantêm o homem em

seu meio natal fixam-no em seu meio doméstico. De início, na origem, os dois se confundem, e se, mais tarde, se distinguem, não é possível afastar-se muito do segundo quando não se consegue ultrapassar o primeiro. A força de atração que resulta da consangüinidade exerce sua ação com a intensidade máxima, pois cada um permanece a vida inteira situado bem perto da própria fonte desta força. De fato, é uma lei sem exceções aquela segundo a qual, quanto mais a estrutura social é de natureza segmentária, mais as famílias formam grandes massas compactas, indivisas, fechadas em si mesmas⁸.

Ao contrário, à medida que as linhas divisórias que separam os diferentes segmentos desaparecem, é inevitável que esse equilíbrio se rompa. Como os indivíduos não estão mais confinados em seus lugares de origem e como esses espaços livres que se abrem diante deles os atraem, eles não podem deixar de se espalhar aí. Os filhos já não permanecem imutavelmente apegados à terra dos pais, mas vão tentar fortuna em todas as direções. As populações se misturam, e é isso que faz que suas diferenças originais acabem por se perder. A estatística, infelizmente, não nos permite seguir na história a marcha dessas migrações internas; mas há um fato que basta para estabelecer sua importância crescente: a formação e o desenvolvimento das cidades. Com efeito, as cidades não se formam por uma espécie de crescimento espontâneo, mas por imigração. Longe de deverem sua existência e seus progressos ao excedente normal dos nascimentos em relação aos falecimentos, elas apresentam, desse ponto de vista, um déficit geral. Portanto, é de fora que recebem os elementos graças aos quais crescem cotidianamente. Segundo Dunant⁹, o crescimento anual do conjunto da população das tintas e uma maiores cidades da Europa deve 784,6 por mil à imigração. Na França, o cen-

so de 1881 acusava, em relação ao de 1876, um aumento de 766 000 habitantes; o departamento do Sena e as quarvintias, da cifra de aumento quinquenal, mais de 661 000 habitantes, deixando apenas 105 000 a repartir entre as cidades médias, pequenas e as áreas rurais¹⁰. Não é apenas para as grandes cidades que se orientam esses grandes movimentos migratórios: eles se irradiam nas regiões vizinhas. Bertillon calculou que, no ano de 1886, enquanto, na média da França, de cada 100 habitantes apenas 11,25 nasceram fora do departamento, no departamento do Sena havia 34,67. Essa proporção de estrangeiros é tanto mais elevada quanto mais populosas as cidades do departamento. Ela é de 31,47 no Rhône, 26,29 em Bouches-du-Rhône, de 26,41 em Seine-et-Oise¹¹, de 19,46 no Norte, de 17,62 na Gironda¹². Esse fenômeno não é particular às grandes cidades; ele também se produz, embora com menor intensidade, nas pequenas cidades, nos burgos. "Todas essas aglomerações aumentam constantemente à custa das comunas menores, de sorte que se vê, a cada censo, aumentar em algumas unidades o número das cidades de cada categoria."¹³

Ora, a maior mobilidade das unidades sociais que esses fenômenos de migração supõem determina um enfraquecimento de todas as tradições.

De fato, o que faz a força da tradição é sobretudo o caráter das pessoas que a transmitem e a inculcam, quero dizer, os anciãos. Eles são sua expressão viva; só eles foram testemunhas do que os ancestrais faziam. São o único intermediário entre o presente e o passado. Por outro lado, eles desfrutam, junto às gerações que foram criadas diante dos seus olhos e sob a sua direção, de um prestígio que nada pode substituir. Com efeito, a criança tem consciência de sua inferioridade ante as pessoas mais ve-

lhas que a rodeiam e sente que depende delas. O respeito reverencial que tem por elas se comunica naturalmente a tudo o que provém delas; a tudo o que elas dizem e a tudo o que fazem. É, pois, a autoridade da idade que faz em grande parte a autoridade da tradição. Por conseguinte, tudo o que pode contribuir para prolongar essa influência além da infância só pode fortalecer as crenças e as práticas tradicionais. É o que acontece quando o homem feito continua a viver no meio em que foi criado, pois permanece, então, relacionado com as pessoas que o conheceram criança e submetido à sua ação. O sentimento que tem por elas subsiste e, por conseguinte, produz os mesmos efeitos, isto é, contém as veleidades de inovação. Para que se produzam novidades na vida social, não basta que novas gerações cheguem à luz, é necessário, ademais, que não sejam levadas demasiado energicamente a seguir os hábitos de suas predecessoras. Quanto mais profunda a influência destas últimas — e ela é tanto mais profunda quanto mais duradoura —, maiores os obstáculos às mudanças. Auguste Comte tinha razão ao dizer que, se a vida humana fosse decuplada, sem que a proporção respectiva das idades fosse modificada, disso, resultaria um "retardamento inevitável, embora impossível de se medir, de nosso desenvolvimento social"¹⁴.

Mas é o inverso que se produz se o homem, ao sair da adolescência, é transplantedo para um novo meio. Sem dúvida, também encontra aí homens mais velhos do que ele; mas não aqueles cuja ação sofreu na infância. O respeito que tem por eles é, portanto, menor e de natureza mais convencional, pois não corresponde a nenhuma realidade, nem actual, nem passada. Não depende deles e nunca dependeu; logo, só pode respeitá-los por analogia. Aliás, é um fato conhecido que o culto da idade vai se debilitando com a civilização. Tão desenvolvido outra-

reduz-se hoje a algumas práticas de polidez, inspiradas por uma espécie de piedade. Os velhos são muito mais objeto de pena do que de temor. As idades são niveladas. Todos os homens que chegaram à maturidade tratam-se mais ou menos como iguais. Em consequência desse nivelamento, os costumes dos ancestrais perdem sua ascendência, pois já não possuem representantes autorizados junto ao adulto. As pessoas são mais livres em relação a esses costumes, porque são mais livres em relação às que os encarnam. A solidariedade dos tempos é menos sensível, porque já não tem sua expressão material no contato contínuo das gerações sucessivas. Sem dúvida, os efeitos da educação primeira continuam a se fazer sentir, mas com menos força, porque não são mantidos.

Esse momento da plena juventude é, de resto, aquele em que os homens mais sentem-se impacientes com qualquer freio e são mais ávidos de mudanças. A vida que circula neles ainda não teve tempo de se petrificar, de adquirir definitivamente formas determinadas, e é demasiado intensa para se deixar disciplinar sem resistência. Portanto, essa necessidade se satisfará com tanto maior facilidade quanto menos for contida do exterior, e só pode satisfazer-se à custa da tradição. Esta é mais abalada no exato momento em que perde suas forças. Uma vez dado, esse germe de fraqueza desenvolver-se-á necessariamente com cada geração, porque transmitimos com menos autoridade princípios cuja autoridade sentimos menos.

Uma experiência característica demonstra essa influência da idade sobre a força da tradição.

Precisamente por se recrutar sobretudo pela imigração, a população das grandes cidades compõe-se essencialmente de pessoas que, uma vez adultas, saem de seus lares e subtraem-se à ação dos anciãos. Por isso, o núme-

ro de velhos é pequeno nelas, ao passo que, ao contrário, o dos homens em pleno vigor é elevadíssimo. Cheysson demonstrou que as curvas da população para cada grupo etário, em Paris e na província, só coincidem nas idades de 15 a 20 anos e de 50 a 55 anos. Entre 20 e 50, a curva parisiense é muito mais elevada; além dos 50, é mais baixa¹⁵. Em 1881, contavam-se em Paris 1 118 indivíduos de 20 a 25 anos para 874 no resto do país¹⁶. No caso de todo o departamento do Sena, encontramos para cada 1 000 habitantes 731 de 15 a 60 anos e apenas 76 além dessa idade, ao passo que a província tem 618 dos primeiros e 106 dos segundos. Na Noruega, segundo Jacques Bertillon, as relações são as seguintes, para 1 000 habitantes:

	idades	campo
de 15 a 30 anos.....	278	239
de 30 a 45 anos.....	205	183
de 45 a 60 anos.....	110	120
mais de 60 anos.....	59	87

Assim, é nas grandes cidades que a influência moderadora da idade se encontra em seu mínimo; constata-se ao mesmo tempo que, em nenhum outro lugar, as tradições têm menos influência sobre os espíritos. De fato, as grandes cidades são os focos incontestes do progresso; é nelas que as idéias, as modas, os costumes, as novas necessidades se elaboram, para difundir-se em seguida pelo resto do país. Quando a sociedade muda, é geralmente seguindo-as e imitando-as. Nelas, os humores são tão móveis que tudo o que vem do passado é um pouco suspeito; ao contrário, as novidades, quaisquer que sejam, desfrutam de um prestígio quase igual àquele de que desfrutavam outrora os costumes dos ancestrais. Nelas, os

espíritos são naturalmente orientados para o futuro. Por isso, nelas a vida se transforma com uma rapidez extraordinária: crenças, gostos, paixões estão, nelas, em perpétua evolução. Nenhum terreno é mais favorável às evoluções de todo tipo. Isso porque a vida coletiva não pode ter continuidade onde as diferentes camadas de unidades sociais, destinadas a se substituírem, são tão descontínuas.

Observando que, durante a juventude das sociedades e, sobretudo, no momento de sua maturidade, o respeito pelas tradições é muito maior do que durante a sua velhice, Tarde acreditou poder apresentar o declínio do tradicionalismo como uma fase simplesmente transitória, uma crise passageira de toda evolução social. "O homem só escapa do jugo dos costumes para tornar a cair nele", diz, "isto é, para fixar e consolidar, ao recair, as conquistas devidas à sua emancipação temporária."¹⁷ Esse erro decorre, a nosso ver, do método de comparação seguido pelo autor, cujos inconvenientes já assinalamos várias vezes. Sem dúvida, se aproximarmos o fim de uma sociedade do começo da que lhe sucede, constataremos um retorno do tradicionalismo; mas essa fase, pela qual todo tipo social inicia, é sempre muito menos violenta do que fora no tipo imediatamente anterior. Nunca, entre nós, os costumes dos ancestrais foram objeto do culto supersticioso que lhes era prestado em Roma; nunca houve em Roma uma instituição análoga à *γροαφὴ ταρανογύων* do direito ateniense, opondo-se a toda inovação¹⁸, mesmo no tempo de Aristóteles, ainda se tratava, na Grécia, de saber se valia a pena mudar as leis estabelecidas para melhorá-las, e o filósofo só se pronuncia pela afirmativa com a maior circunspeção¹⁹. Enfim, entre os hebreus, todo desvio em relação à regra tradicional era ainda mais completamente impossível, pois era uma impiedade. Ora, para julgar a marcha dos acontecimentos sociais, não se

deve enfileirar as sociedades que se sucedem, mas compará-las apenas ao período correspondente da sua carreira. Portanto, se é verdade que toda vida social tende a se fixar e a se tornar costumeira, a forma que ela adquire se torna cada vez menos resistente, mais acessível às mudanças; em outras palavras, a autoridade do costume diminui de maneira contínua. De resto, é impossível ser de outro modo, pois esse enfraquecimento depende das próprias condições que dominam o desenvolvimento histórico.

De outro lado, já que as crenças e as práticas comuns extraem grande parte de seu vigor da força da tradição, é evidente que elas são cada vez menos capazes de perturbar a livre expansão das variações individuais.

III

Enfim, à medida que se estende e se concentra, a sociedade envolve menos estreitamente o indivíduo e, por conseguinte, é menos capaz de conter as tendências divergentes que se manifestam.

Para certificar-se, basta comparar as grandes cidades com as pequenas. Nestas últimas, quem procurar emancipar-se dos usos dominantes enfrenta resistências que, por vezes, são vivíssimas. Qualquer tentativa de independência é objeto de escândalo público, e a reprovação geral a ela ligada é de natureza a desencorajar os imitadores. Ao contrário, nas grandes cidades, o indivíduo é muito mais emancipado do jugo coletivo; este é um fato experimental que não pode ser contestado. Porque dependemos tanto mais intimamente da opinião comum quanto mais de perto ela vigia todos os nossos atos. Quando a atenção de todos está constantemente fixada sobre o que cada um faz, o menor desvio é percebido e logo reprimido;

inversamente, cada um tem tanto maior facilidade de seguir seu próprio caminho quanto mais fácil for escapar desse controle. Ora, como diz um provérbio, em parte alguma se está tão bem escondido quanto numa multidão. Quanto mais extenso e denso for um grupo, mais a atenção coletiva, dispersa numa ampla superfície, é incapaz de seguir os movimentos de cada indivíduo, porque ela não se torna maior, ao passo que estes se tornam mais numerosos. Ela se concentra em demasiados pontos ao mesmo tempo para poder se concentrar em algum. A vigilância se faz menos bem, porque há demasiadas pessoas e coisas a vigiar.

Ademais, o grande motor da atenção, a saber, o interesse, está mais ou menos ausente. Só desejamos conhecer os fatos e feitos de uma pessoa se sua imagem desperta em nós lembranças e emoções relacionadas a ela, e esse desejo é tanto mais ativo quanto mais numerosos e mais fortes são os estados de consciência assim despertados²⁰. Se, ao contrário, se tratar de alguém que só percebemos de longe em longe e de passagem, o que lhe diz respeito, por não encontrar nenhum eco em nós, nos deixa indiferentes e, por conseguinte, não somos estimulados nem a nos informar sobre o que lhe acontece, nem a observar o que faz. Portanto, a curiosidade coletiva é tanto mais viva quanto mais contínuas e freqüentes são às relações pessoais entre os indivíduos; por outro lado, é claro que elas são tanto mais raras e curtas quanto maior é o número de indivíduos com que uma pessoa se relaciona.

Eis por que a pressão da opinião se faz sentir com menos força nos grandes centros. É que a atenção de cada um é distraída em demasiadas direções diferentes e, além disso, as pessoas se conhecem menos. Mesmo os vizinhos e os membros de uma mesma família mantêm contatos menos freqüentes e regulares, separados que es-

tão a cada instante pela massa dos assuntos e das pessoas de permeio. Sem dúvida, se a população for mais numerosa do que densa, pode suceder que a vida, dispersa numa maior extensão, seja menor em cada ponto. A grande cidade resolve-se então num certo número de pequenas cidades e, por conseguinte, as observações precedentes não se aplicam exatamente²¹. Mas onde quer que a densidade da população seja proporcional a seu volume, os vínculos pessoais são raros e frágeis: perdemos com maior facilidade os outros de vista, mesmo os que nos são mais próximos e, na mesma medida, nos desintegramos deles. Como essa indiferença mútua tem por efeito relaxar a vigilância coletiva, a esfera de livre ação de cada indivíduo se estende efetivamente e, pouco a pouco, o fato se torna direito. Sabemos, com efeito, que a consciência comum só conserva sua força com a condição de não tolerar as contradições; ou, como consequência dessa diminuição do controle social, são cometidos cotidianamente atos que a contradizem, sem que, contudo, ela reaja. Portanto, se atos como esses houver que se repitam com bastante frequência e uniformidade, eles acabarão por tirar o vigor do sentimento coletivo que ofendem. Uma regra não parece mais tão respeitável do que quando deixa de ser respeitada, e isso impunemente; não encontramos mais a mesma evidência num artigo de fé que deixamos contestar em demasia. Por outro lado, uma vez que usamos de uma liberdade, passamos a ter necessidade dela; se nos torna tão necessária e nos parece tão sagrada quanto as demais. Julgamos intolerável um controle cujo hábito perdemos. Um direito adquirido de uma maior autonomia se funda. Assim, as intromissões cometidas pela personalidade individual, quando ela é menos fortemente contida do exterior, acabam recebendo a consagração dos costumes.

Ora, se esse fato é mais acentuado nas grandes cidades, não lhes é específico; também se produz nas outras, segundo a sua importância. Portanto, já que o desaparecimento do tipo segmentário acarreta um desenvolvimento a cada vez mais considerável dos centros urbanos, eis uma primeira razão a fazer que esse fenômeno deva ir se generalizando. Porém, além disso, à medida que se eleva, a própria densidade moral da sociedade se torna semelhante a uma grande cidade que conterá em seus muros o povo inteiro.

De fato, como a distância material e moral entre as diferentes regiões tende a se dissipar, elas se acham, uma em relação às outras, numa situação cada vez mais análoga à dos diferentes bairros de uma mesma cidade. A causa que, nas grandes cidades, determina uma debilitação da consciência comum deve produzir, pois, seu efeito em toda a extensão da sociedade. Enquanto os diversos segmentos, preservando sua individualidade, permanecem fechados uns aos outros, cada um deles limita estreitamente o horizonte social dos particulares. Separados do resto da sociedade por barreiras mais ou menos difíceis de serem transpostas, nada nos desvia da vida local e, em consequência, toda a nossa ação nela se concentra. Mas à medida que a fusão dos segmentos se torna mais completa, as perspectivas se estendem tanto mais quanto, no mesmo momento, a própria sociedade se torna geralmente mais extensa. Por conseguinte, mesmo o habitante da pequena cidade vive menos exclusivamente a vida do pequeno grupo que o rodeia imediatamente. Ele estabelece com localidades distantes relações tanto mais numerosas quanto mais avançado for o movimento de concentração. Suas viagens mais frequentes, as correspondências mais ativas que troca, os negócios que segue fora, etc. desviam seu olhar do que acontece à sua volta. O centro

da sua vida e de suas preocupações já não se encontra de maneira tão completa no lugar que habita. Portanto, ele se interessa menos por seus vizinhos, porque eles ocupam menor espaço em sua existência. Aliás, a pequena cidade tem menos domínio sobre ele, pelo próprio fato de que sua vida ultrapassa essa moldura exígua, de que seus interesses e suas afeições se estendem bem além. Por esses motivos, a opinião pública local pesa menos sobre cada um de nós e, como a opinião geral da sociedade não está em condições de substituir a precedente, não podendo vigiar de perto a conduta de todos os cidadãos, a vigilância coletiva se afrouxa irremediavelmente, a consciência comum perde sua autoridade, a variabilidade individual aumenta. Numa palavra, para que o controle social seja rigoroso e para que a consciência comum se mantenha, é preciso que a sociedade seja dividida em compartimentos pequenos o bastante, que envolvam completamente o indivíduo; ao contrário, ambos se debilitam à medida que essas divisões desaparecem²².

Mas, dir-se-á, os crimes e os delitos a que se referem as penas organizadas nunca deixam indiferentes os órgãos encarregados de reprimi-los. Seja a cidade grande ou pequena, seja a sociedade densa ou não, os magistrados não deixam impunes nem o criminoso, nem o delinqüente. Portanto, parece que o enfraquecimento especial cuja causa acabamos de indicar deveria se localizar nessa parte da consciência coletiva que só determina reações difusas, sem poder estender-se além. Mas, na realidade, essa localização é impossível, porque essas duas regiões são tão estreitamente solidárias que uma não pode ser atingida sem que a outra disso se ressinta. Os atos que apenas os costumes reprimem não são de natureza diferente daqueles que a lei pune; eles são apenas menos graves. Portanto, se há alguns deles que perdem toda a

gravidade, a graduação correspondente dos outros é ao mesmo tempo perturbada; eles decrescem um ou vários graus e parecem menos revoltantes. Quando já não se é nem um pouco sensível às pequenas faltas, se é menos às grandes. Quando já não se dá grande importância à simples negligência das práticas religiosas, já não se se indigna tanto com as blasfêmias ou os sacrilégios. Quando se adquiriu o hábito de tolerar complacentemente as uniões livres, o adultério escandaliza menos. Quando os sentimentos mais fracos perdem sua energia, os sentimentos mais fortes, mas que são da mesma espécie e têm os mesmos objetos, não podem conservar integralmente a sua. Assim, pouco a pouco, o abalo se comunica a toda a consciência comum.

IV

Fica explicado, agora, como é que a solidariedade mecânica se vincula à existência do tipo segmentário, assim como estabelecemos no livro precedente. É que essa estrutura especial permite que a sociedade cinja melhor o indivíduo, o mantenha mais fortemente preso a seu meio doméstico e, por conseguinte, às tradições — enfim, contribuindo para limitar o horizonte social, também contribui²³ para torná-lo concreto e definido. Portanto, são causas totalmente mecânicas que fazem que a personalidade individual seja absorvida na personalidade coletiva, e são causas da mesma natureza que a fazem diferenciar-se dela. Sem dúvida, essa emancipação se revela útil, ou, pelo menos, é utilizada. Ela torna possíveis os progressos da divisão do trabalho; mais geralmente, ela dá ao organismo social mais flexibilidade e elasticidade. Mas não é por ser útil que se produz. Ela existe porque não pode deixar

de existir. A experiência dos serviços que ela presta não pode deixar de consolidá-la, uma vez que ela existe.

Podemos nos perguntar se, nas sociedades organizadas, o órgão não desempenha o mesmo papel que o segmento; se o espírito corporativo e profissional não corre o risco de substituir o espírito de igreja e de exercer sobre os indivíduos a mesma pressão. Nesse caso, eles nada ganhariam com a troca. A dúvida é ainda mais perniciosa porque o espírito de casta teve certamente esse efeito e porque a casta é um órgão social. Sabe-se também quanto a organização das corporações de ofício prejudicou, por muito tempo, o desenvolvimento das variações individuais. Citamos acima alguns exemplos.

É certo que as sociedades organizadas não são possíveis sem um sistema desenvolvido de regras que predeterminam o funcionamento de cada órgão. À medida que o trabalho se divide, constitui-se uma multidão de morais e de direitos profissionais²⁴. Mas essa regulamentação não deixa menos ampliada a esfera de ação do indivíduo.

Antes de mais nada, o espírito profissional só pode ter influência sobre a vida profissional. Além dessa esfera, o indivíduo desfruta da maior liberdade, cuja origem acabamos de mostrar. É verdade que a casta estende sua ação mais longe, mas não é um órgão propriamente dito. É um segmento transformado em órgão²⁵; ela decorre, pois, da natureza de ambos. Ao mesmo tempo que é encarregada de funções especiais, constitui uma sociedade distinta no seio do agregado total. É uma sociedade-órgão, análoga a esses indivíduos-órgãos que observamos em certos organismos²⁶. É o que faz com que ela envolva o indivíduo de uma maneira muito mais exclusiva do que as corporações ordinárias.

Em segundo lugar, como essas regras só têm raízes num pequeno número de consciências, mas deixam indi-

ferente a sociedade em seu conjunto, elas têm uma autoridade menor em consequência dessa universalidade menor. Portanto, elas oferecem menor resistência às mudanças. É por esse motivo que, em geral, as faltas propriamente profissionais não têm o mesmo grau de gravidade do que as demais.

Por outro lado, as mesmas causas que, de uma maneira geral, aliviam o jugo coletivo produzem seu efeito libertador tanto no interior da corporação, como fora. À medida que os órgãos segmentários se fundem, cada órgão social se torna mais volumoso, e isso tanto mais que, em princípio, o volume total da sociedade cresce no mesmo momento. As práticas comuns ao grupo profissional tornam-se, pois, mais gerais e mais abstratas, como as que são comuns a toda a sociedade e, em consequência, deixam mais espaço livre para as divergências particulares. Do mesmo modo, a maior independência de que as novas gerações desfrutam em relação às mais velhas não pode deixar de enfraquecer o tradicionalismo da profissão; o que torna o indivíduo ainda mais livre para inovar.

Assim, em virtude de sua própria natureza, não apenas a regulamentação profissional prejudica menos do que qualquer outra o desenvolvimento das variedades individuais, como, além disso, estorva-o cada vez menos.

CAPÍTULO I

A DIVISÃO DO TRABALHO ANÔMICA

Até aqui estudamos a divisão do trabalho apenas como um fenômeno normal; mas, como todos os fatos sociais e, mais geralmente, como todos os fatos biológicos, ela apresenta formas patológicas que é necessário analisar. Conquanto, normalmente, a divisão do trabalho produza a solidariedade social, algumas vezes, porém, ela apresenta resultados totalmente diferentes, até mesmo opostos. Ora, é importante pesquisar o que a faz desviar assim da sua direção natural; porque, enquanto não estiver estabelecido que esses casos são excepcionais, poder-se-ia suspeitar que a divisão do trabalho os implicasse logicamente. Por sinal, o estudo das formas desviadas permitir-nos-á determinar melhor as condições de existência do estado normal. Quando conhecermos as circunstâncias em que a divisão do trabalho deixa de engendrar a solidariedade, saberemos melhor o que é necessário para que ela produza todo o seu efeito. A patologia, neste como em outros casos, é um precioso auxiliar da fisiologia.

Podêríamos ser tentados a situar entre as formas irregulares da divisão do trabalho a profissão do criminoso e as outras profissões nocivas. Elas são a negação mesma da solidariedade e, no entanto, são verdadeiras atividades especiais. Contudo, para sermos exatos, não se trata nesse caso de divisão do trabalho, e sim de diferenciação pura e simples, não se devendo confundir os dois termos. Assim, o câncer, os tubérculos, aumentam a diversidade dos tecidos orgânicos sem que seja possível ver nisso uma nova especialização das funções biológicas¹. Em todos esses casos, não há partilha de uma função comum, mas, no seio do organismo, tanto individual como social, forma-se outro que procura viver à custa do primeiro. Não há nem mesmo função alguma, porque uma maneira de agir só merece esse nome se concorrente com outras para a manutenção da vida geral. Portanto, esse problema não entra no âmbito da nossa pesquisa.

Reduziremos a três tipos as formas excepcionais do fenômeno que estamos estudando. Isso não significa que não possa haver outras, mas aquelas de que falaremos são as mais gerais e as mais graves.

I

Um primeiro caso desse gênero nos é fornecido pelas crises industriais ou comerciais, pelas falências, que são verdadeiras rupturas parciais da solidariedade orgânica; elas atestam, de fato, que, em certos pontos do organismo, certas funções sociais não estão ajustadas umas às outras. Ora, à medida que o trabalho se divide, esses fenômenos parecem tornar-se mais frequentes, pelo menos em certos casos. De 1845 a 1869, as falências aumentaram 70%. No entanto, não se poderia atribuir esse fato ao

aumento da vida econômica, pois as empresas concentraram-se muito mais do que se multiplicaram².

O antagonismo entre o trabalho e o capital é outro exemplo, mais contundente, do mesmo fenômeno. À medida que as funções industriais vão se especializando, a luta se torna mais viva, em vez de a solidariedade aumentar. Na Idade Média, o operário vive em toda parte ao lado do patrão, partilhando seus trabalhos "na mesma loja, na mesma banca³". Ambos faziam parte da mesma corporação e levavam a mesma existência. "Os dois eram quase iguais. Qualquer um que tivesse feito seu aprendizado podia, pelos menos em muitos ofícios, estabelecer-se por conta própria, se tivesse meios."⁴ Por isso, os conflitos eram absolutamente excepcionais. A partir do século XV, as coisas começaram a mudar. "A corporação de ofício já não é um asilo comum; é de posse exclusiva dos patrões, que decidem sozinhos todos os assuntos... Por conseguinte, uma demarcação profunda se estabelece entre os patrões e os operários. Estes formaram, por assim dizer, uma ordem à parte; tiveram seus costumes, suas regras, suas associações independentes."⁵ Uma vez efetuada essa separação, as querelas tornaram-se numerosas. "Quando os operários acreditavam ter motivo de queixa, punham-se em greve ou pronunciavam interdito contra uma cidade ou um patrão, e todos eram obrigados a obedecer à palavra de ordem... A força da associação dava aos operários o meio de lutar com armas iguais contra seus patrões."⁶ Mas as coisas estavam longe de ter chegado, desde então, "ao ponto em que as vemos atualmente. Os operários se rebelavam para obter um salário maior ou determinada mudança nas condições de trabalho, mas não consideravam o patrão um inimigo perpétuo a que se obedece por coação. Queriam fazê-lo ceder num ponto e consagravam-se a isso com energia, mas a luta não

era eterna; as oficinas não continham duas raças inimigas: nossas doutrinas socialistas eram desconhecidas".⁷ Enfim, no século XVII começa a terceira fase dessa história das classes operárias: o advento da grande indústria. O operário se separa mais completamente do patrão. "Ele é, de certa forma, arregimentado. Cada um tem a sua função, e o sistema da divisão do trabalho faz alguns progressos. Na manufatura de Van-Robais, que ocupava 1 692 operários, havia oficinas particulares para a fabricação de carruagens, para a cutelaria, a lavagem, o tingimento, a urdidura, e as oficinas de tecelagem compreendiam várias espécies de operários cujo trabalho era inteiramente distinto."⁸ Ao mesmo tempo que a especialização se torna maior, as revoltas se tornam mais frequentes. "A menor causa de descontentamento bastava para pronunciar interdito contra uma casa, e ai do operário que não respeitasse a decisão da comunidade."⁹ É bem sabido que, desde então, a guerra tornou-se mais violenta.

Veremos, é verdade, no capítulo seguinte, que essa tensão das relações sociais deve-se em parte ao fato de que as classes operárias não querem na verdade a condição que lhes é imposta, só a aceitando, com freqüência, obrigadas e forçadas, por não terem meios de conseguir outra. No entanto, essa coerção não poderia, por si só, explicar o fenômeno. De fato, ela não pesa menos sobre todos os desertados da fortuna, de maneira geral, e apertar disso esse estado de hostilidade permanente é totalmente particular ao mundo industrial. Depois, no interior desse mundo, ela é a mesma para todos os trabalhadores indistintamente. Ora, a pequena indústria, em que o trabalho é menos dividido, proporciona o espetáculo de uma harmonia relativa entre o patrão e o operário¹⁰, é somente na grande indústria que essas discórdias se en-

contram em estado agudo. Isso significa, pois, que dependem em parte de outra causa.

Assinalou-se com freqüência na história das ciências outra ilustração do mesmo fenômeno. Até tempos bastante recentes, a ciência, não estando muito dividida, podia ser cultivada quase toda por um só e mesmo espírito. Por isso, tinha-se um vivo sentimento de sua unidade. As verdades particulares que a compunham não eram nem tão numerosas, nem tão heterogêneas para que não se visse facilmente o vínculo que as unia num só e mesmo sistema. Sendo os próprios métodos muito gerais, diferiam pouco uns dos outros, e podia-se perceber o tronco comum a partir do qual divergiam insensivelmente. No entanto, à medida que a especialização se introduziu no trabalho científico, cada cientista encerrou-se cada vez mais não apenas numa ciência particular, mas numa ordem especial de problemas. A. Comte já se queixava de que, no seu tempo, havia no mundo científico "muito poucas inteligências englobando em suas concepções o próprio conjunto de uma ciência única, que, por sua vez, nada mais é que uma parte de um grande todo. A maioria", dizia ele, "já se limita inteiramente à consideração isolada de uma seção mais ou menos extensa de uma ciência determinada, sem se preocupar muito com a relação desses trabalhos particulares com o sistema geral dos conhecimentos positivos"¹¹. Mas, então, a ciência, fragmentada numa multidão de estudos de detalhe que não se casam, não forma mais um todo solidário. O que talvez melhor manifeste essa ausência de concerto e de unidade é a teoria, tão difundida, de que cada ciência particular tem um valor absoluto e de que o cientista deve se consagrar a suas pesquisas especiais sem se preocupar em saber se servem a alguma coisa e tendem a algo. "Essa divisão do trabalho intelectual", diz Schaeffle, "propor-

ciona sérias razões de se temer que esse retorno de um novo alexandrinismo traga consigo, mais uma vez, a ruína de toda a ciência."¹²

II

O que faz a gravidade desses fatos é que viu-se nelas, algumas vezes, um efeito necessário da divisão do trabalho, assim que ela superou certo grau de desenvolvimento. Nesse caso, diz-se, o indivíduo, debruçado em sua tarefa, isola-se em sua atividade especial; ele já não sente os colaboradores que trabalham a seu lado na mesma obra, já não tem sequer a noção dessa obra comum. A divisão do trabalho não poderia, pois, ser levada demasiado longe sem se tornar uma fonte de desintegração. "Como qualquer decomposição deve necessariamente tender a determinar uma dispersão correspondente," diz Augusto Comte, "a repartição fundamental dos trabalhos humanos não poderia evitar de suscitar, num grau proporcional, as divergências individuais, ao mesmo tempo intelectuais e morais, cuja influência combinada deve exigir, na mesma medida, uma disciplina permanente, própria para prevenir ou conter sem cessar seu desenvolvimento discordante. Se, de fato, por um lado, a separação das funções sociais possibilita ao espírito de detalhe um feliz desenvolvimento, impossível de qualquer outra maneira, ela tende espontaneamente, por outro lado, a sufocar o espírito de conjunto ou, pelo menos, a entravá-lo profundamente. Do mesmo modo, do ponto de vista moral, ao mesmo tempo que é assim posto sob uma estreita dependência da massa, cada um é naturalmente desviado dela pelo próprio desenvolvimento de sua atividade especial, que o chama constantemente de volta a

seu interesse privado, de que só vagamente percebe a verdadeira relação com o interesse público... Assim, o mesmo princípio que permitiu o desenvolvimento e a extensão da sociedade geral ameaça, sob um outro aspecto, decompô-la numa multidão de corporações incoerentes que quase parece não pertencerem à mesma espécie."¹³ Espinas exprime-se quase nos mesmos termos: "Divisão é dispersão", diz¹⁴.

A divisão do trabalho exerceria, pois, em virtude da sua própria natureza, uma influência dissolvente que seria sensível, sobretudo, onde as funções são muito especializadas. No entanto, Comte não conclui de seu princípio que seja necessário reduzir as sociedades ao que ele mesmo chama de idade da generalidade, isto é, a esse estado de indistincção e de homogeneidade que foi seu ponto de partida. A diversidade das funções é útil e necessária; mas, como a unidade, que não é menos indispensável, não resulta espontaneamente dela, o cuidado com realizá-la e mantê-la deverá constituir, no organismo social, uma função especial, representada por um órgão independente. Esse órgão é o Estado, ou o governo. "A destinação social do governo", diz Comte, "parece-me sobretudo consistir em conter suficientemente e em prevenir na medida do possível essa fatal disposição à dispersão fundamental das idéias, dos sentimentos e dos interesses, resultado inevitável do próprio princípio do desenvolvimento humano, e, se ela pudesse prosseguir sem obstáculos seu curso natural, acabaria inevitavelmente por deter a progressão social sob todos os aspectos importantes. Essa concepção constitui, a meu ver, a primeira base positiva e racional da teoria elementar e abstrata do governo propriamente dito, encarado em sua mais nobre e inteira extensão científica, isto é, como que caracterizado em geral pela reação necessária universal, a

trário, à medida que as diferenças se tornam mais numerosas, a coesão se torna mais instável e precisa ser consolidada por outros meios. Imaginem a multiplicidade crescente das ciências especiais, com seus teoremas, suas leis, seus axiomas, suas conjecturas, seus procedimentos e seus métodos; e compreenderão que uma fórmula curta e simples, como a lei da evolução, por exemplo, não pode bastar para integrar uma complexidade tão prodigiosa de fenômenos. Mesmo se essas visões de conjunto se aplicassem exatamente à realidade, a parte que elas explicam é muito pouca coisa em comparação com o que deixam inexplicado. Portanto, não é por esse meio que se poderá arrancar as ciências positivas de seu isolamento. Há uma distância grande demais entre as pesquisas de detalhe que as alimentam e tais sínteses. O vínculo que liga uma à outra essas duas ordens de conhecimentos é demasiado tênue e frouxo, e, por conseguinte, se as ciências particulares só podem tomar consciência de sua dependência mútua no seio de uma filosofia que as englobe, o sentimento que dela terão sempre será demasiado vago para ser eficaz.

A filosofia existe como a ciência coletiva da ciência e, neste caso como nos demais, o papel da consciência coletiva diminui à medida que o trabalho se divide.

III

Muito embora tenha reconhecido que a divisão do trabalho é uma fonte de solidariedade, A. Comte não parece ter percebido que essa solidariedade é *sui generis* e substitui pouco a pouco a que as similitudes sociais engendam. É por isso que, notando que essas são muito esmaecidas onde as funções são por demais especializa-

das, ele viu nesse esmaecimento um fenômeno mórbido, uma ameaça para a coesão social, devída ao excesso da especialização, e explicou com isso os fatos de incoerência que por vezes acompanham o desenvolvimento da divisão do trabalho. No entanto, já que estabelecemos que o enfraquecimento da consciência coletiva é um fenômeno normal, não poderíamos transformá-lo em causa dos fenômenos anormais que estamos estudando. Se, em certos casos, a solidariedade orgânica não é tudo o que deve ser, certamente não é porque a solidariedade mecânica perdeu terreno, mas porque todas as condições de existência da primeira não estão realizadas.

De fato, sabemos que, onde quer que observemos, encontramos ao mesmo tempo uma regulamentação suficientemente desenvolvida que determina as relações mútuas das funções²¹. Para que a solidariedade orgânica exista, não basta haver um sistema de órgãos necessários uns aos outros e que sintam, de um modo geral, sua solidariedade, mas é necessário, além disso, que a maneira como devem concorrer, se não em toda espécie de entrosos, pelo menos nas circunstâncias mais frequentes, seja predeterminedada. De outra forma, seriam necessárias a cada instante novas lutas para que possam equilibrar-se, porque as condições desse equilíbrio só podem ser encontradas mediante tentativas no decorrer das quais cada parte trata a outra pelo menos tanto como adversária quanto como auxiliar. Esses conflitos se renovariam, pois, sem cessar e, por conseguinte, a solidariedade não seria mais que virtual, devendo as obrigações mútuas ser debatidas de novo em cada caso particular. Dir-se-á que há contratos. Mas, antes de mais nada, nem todas as relações sociais são suscetíveis de assumir essa forma jurídica. Sabemos, aliás, que o contrato não basta por si só, mas supõe uma regulamentação que se estende e se

complica como a própria vida contratual. Ademais, os vínculos que têm essa origem são sempre de curta duração. O contrário nada mais é que uma tregua, e bastante precária; ele apenas suspende por algum tempo as hostilidades. Sem dúvida, por mais precisa que uma regulamentação seja, sempre deixará um espaço livre para muitos arautos. Mas não é necessário, nem mesmo possível, que a vida social seja sem lutas. O papel da solidariedade não é suprimir a concorrência, mas sim moderá-la.

Por sinal, no estado normal, essas regras se destacam por si mesmas da divisão do trabalho; são como que o prolongamento desta. Por certo, se a divisão do trabalho aproximasse apenas indivíduos que se unem por alguns instantes com vistas a intercambiar serviços pessoais, não poderia dar origem a nenhuma ação reguladora. Mas o que ela põe em presença são funções, isto é, maneiras de agir definidas, que se repetem, idênticas a si mesmas, em circunstâncias dadas, pois decorrem das condições gerais e constantes da vida social. As relações que se estabelecem entre essas funções não podem, pois, deixar de alcançar o mesmo grau de fixidez e de regularidade. Há certas maneiras de reagir umas sobre as outras que, achando-se mais conformes à natureza das coisas, se repetem com maior frequência e tornam-se hábitos; depois, os hábitos, à medida que adquirem força, se transformam em regras de conduta. O passado predetermina o futuro. Em outras palavras, há uma certa distinção entre os direitos e deveres que o uso estabelece e que acaba por se tornar obrigatória. A regra não cria, pois, o estado de dependência mútua em que se acham os órgãos solidários, mas apenas o exprime de uma maneira sensível e definida, em função de uma situação dada. Do mesmo modo, o sistema nervoso, longe de dominar a evolução do organismo, como se acreditou outrora, dela

resulta²². As redes nervosas, verossimilmente, não são mais que as linhas de passagem seguidas pelas ondas de movimentos e de excitações trocadas entre os diversos órgãos; são canais que a vida abriu para si mesma correndo sempre no mesmo sentido, e os gânglios seriam apenas o lugar de interseção de várias dessas linhas²³. Foi por terem desconhecido esse aspecto do fenômeno que certos moralistas acusaram a divisão do trabalho de não produzir uma verdadeira solidariedade. Viram nela apenas trocas particulares, combinações efêmeras, sem passado nem futuro, em que o indivíduo é entregue a si mesmo; não perceberam esse lento trabalho de consolidação, essa rede de vínculos que pouco a pouco se tece por si mesma e faz da solidariedade orgânica algo permanente.

Ora, em todos os casos que descrevemos acima, essa regulamentação ou não existe, ou não tem relação com o grau de desenvolvimento da divisão do trabalho. Hoje, já não há regras que estabeleçam o número das empresas econômicas e, em cada ramo da indústria, a produção não é regulamentada de maneira a permanecer exatamente no nível do consumo. Não queremos, de resto, tirar desse fato nenhuma conclusão prática; não sustentamos que seja necessária uma legislação restritiva; não precisamos, aqui, pesar suas vantagens e inconvenientes. O que é certo é que essa falta de regulamentação não permite a harmonia regular das funções. Os economistas demonstram, é verdade, que essa harmonia se estabelece por si mesma, quando necessário, graças à elevação ou ao avilamento dos preços, que, conforme as necessidades, estimula ou retarda a produção. Mas em todo caso, ela só se restabelece assim depois das rupturas de equilíbrio e de perturbações mais ou menos prolongadas. Por outro lado, essas perturbações são, natural-

mente, tanto mais freqüentes quanto mais especializadas são as funções; porque, quanto mais uma organização é complexa, mais a necessidade de uma regulamentação extensa se faz sentir.

As relações entre o capital e o trabalho permanecem, até hoje, no mesmo estado de indeterminação jurídica. O contrato de locação de serviços ocupa, em nossos Códigos, um espaço bem pequeno, sobretudo quando se pensa na diversidade e na complexidade das relações que é chamado a regular. De resto, não é necessário insistir sobre uma lacuna que todos os povos sentem atualmente e se esforçam por preencher²⁴.

As regras do método estão para a ciência assim como as regras do direito e dos costumes estão para a conduta; elas dirigem o pensamento do cientista, assim como as segundas governam as ações dos homens. Ora, se cada ciência tem seu método, a ordem que ela realiza é totalmente interna. Ela coordena os procedimentos dos cientistas que cultivam uma mesma ciência, não suas relações com o exterior. Não há disciplinas que concentrem os esforços de ciências diferentes com vistas a um fim comum. Isso é verdade, sobretudo, para as ciências morais e sociais, porque as ciências matemáticas, físico-químicas e até biológicas não parecem ser tão estranhas assim umas às outras. Mas o jurista, o psicólogo, o antropólogo, o economista, o estatístico, o linguista, o historiador realizam suas investigações como se as diversas ordens de fatos que estudam fossem mundos independentes. Contudo, na realidade, esses mundos se interpenetram em todas as partes; o mesmo deveria acontecer, por conseguinte, com as ciências correspondentes. Eis de onde vem a anarquia que foi assinalada, não sem exagero, de resto, na ciência em geral, mas que é verdadeira sobretudo no caso dessas ciências. De fato, elas proporcionam o

espéculo de um agregado de partes disjuntas que não concorrem entre si. Portanto, se elas formam um conjunto sem unidade, não é porque não possuem um sentimento suficiente de suas semelhanças; é porque não são organizadas.

Esses diversos exemplos são, pois, variedades de uma mesma espécie; em todos os casos, se a divisão do trabalho não produz a solidariedade, é porque as relações entre os órgãos não são regulamentadas; é porque elas estão num estado de *anomia*.

Mas de onde vem esse estado?

Já que um corpo de regras é a forma definida que, com o tempo, adquirem as relações que se estabelecem espontaneamente entre as funções sociais, podemos dizer *a priori* que o estado de *anomia* é impossível onde quer que os órgãos solidários se encontrem em contato suficiente e suficientemente prolongado. De fato, sendo contíguos, eles são facilmente advertidos, em cada circunstância, da necessidade que têm uns dos outros e, por conseguinte, possuem um sentimento vivíssimo e contínuo de sua dependência mútua. Pela mesma razão, as trocas entre eles se produzem facilmente; elas se fazem também freqüentemente, sendo regulares; regularizam-se por si mesmas, e o tempo completa pouco a pouco a obra de consolidação. Enfim, já que as menores reações podem ser sentidas por ambas as partes, as regras que se formam assim trazem sua marca, isto é, prevêem e fixam em detalhe as condições de equilíbrio. Mas se, ao contrário, algum meio opaco for interposto, somente as excitações de certa intensidade podem se comunicar de um órgão a outro. As relações, sendo raras, não se repetem o suficiente para se determinar; a cada nova vez, são novas tentativas. As linhas de passagem seguidas pe-

las ondas de movimento não se podem abrir, porque essas ondas são demasiado intermitentes. Pelo menos, se algumas regras conseguem entretanto constituir-se, elas são gerais e vagas, pois, nessas condições, apenas os contornos mais gerais dos fenômenos podem estabelecer-se. O mesmo acontecerá se a contiguidade, embora sendo suficiente, for demasiado recente ou tiver durado muito pouco²⁵.

Em geral, essa condição se acha realizada pela força das coisas. Porque uma função só se pode dividir entre duas ou várias partes de um organismo se estas forem mais ou menos contíguas. Ademais, uma vez que o trabalho é dividido, como necessitam umas das outras, elas tendem naturalmente a diminuir a distância que as separa. É por isso que, à medida que nos elevamos na escala animal, vemos os órgãos se aproximarem e, como diz Spencer, introduzem-se nos interstícios uns dos outros. Mas um concurso de circunstâncias excepcionais pode fazer que não seja assim.

É o que se produz nos casos de que estamos tratando. Enquanto o tipo segmentário é bastante acentuado, há mais ou menos tantos mercados econômicos quantos segmentos diferentes; por conseguinte, cada um deles é muito limitado. Os produtores, estando bem próximos dos consumidores, podem perceber facilmente a extensão das necessidades a satisfazer. Portanto, o equilíbrio se estabelece sem dificuldade e a produção se ajusta por si mesma. Ao contrário, à medida que o tipo organizado se desenvolve, a fusão dos diversos segmentos uns nos outros acarreta a dos mercados num mercado único, que engloba mais ou menos toda a sociedade. Ele se estende inclusive além dela e tende a se tornar universal, porque as fronteiras que separaram os povos caem ao mesmo tempo que as que separavam os segmentos de cada um de-

les. Daí resulta que cada indústria produz para consumidores que se encontram dispersos por toda a superfície do país, ou até do mundo inteiro. Portanto, o contato já não basta. O produtor já não pode abarcar o mercado com seu olhar, nem mesmo com o pensamento; ele já não pode representar seus limites, pois, por assim dizer, o mercado é ilimitado. Em consequência, falta à produção freio e regra; ela não pode deixar de tatear ao acaso e, no decorrer dessas tentativas, é inevitável que a medida seja superada, ora num sentido, ora no outro. Daí essas crises que perturbam periodicamente as funções econômicas. O aumento dessas crises locais e restritas, que são as falências, é, verossimilmente, um efeito dessa mesma causa.

À medida que o mercado se amplia, a grande indústria aparece. Ora, ela tem como efeito transformar as relações entre patrões e operários. Uma maior fadiga do sistema nervoso somada à influência contagiosa das grandes aglomerações aumenta as necessidades destes últimos. O trabalho à máquina substitui o do homem; o trabalho na manufatura, o da pequena oficina. O operário é arremantado, tirado da sua família o dia inteiro, vive cada vez mais separado daquele que o emprega, etc. Essa novas condições da vida industrial requerem, naturalmente, uma nova organização; mas como essas transformações se consumaram com uma extrema rapidez, os interesses em conflito ainda não tiveram tempo de se equilibrar²⁶.

Enfim, o que explica que as ciências morais e sociais se encontrem no estado que dissemos é que foram as últimas a entrar no círculo das ciências positivas. De fato, foi só de um século para cá que esse novo campo de fenômenos abriu-se à investigação científica. Os cientistas nele se instalaram, uns aqui, outros ali, conforme seus gostos naturais. Dispersos nessa vasta superfície, perma-

neceram até aqui demasiado distantes uns dos outros para sentirem todos os vínculos que os unem. Mas, pelo simples fato de que levarão suas pesquisas cada vez mais longe de seus pontos de partida, acabarão necessariamente por se encontrar e, por conseguinte, por tomar consciência de sua solidariedade. A unidade da ciência se formará, assim, por si mesma; não a unidade abstrata de uma fórmula, de resto demasiado exígua para a multidão das coisas que deveria abarcar, mas a unidade viva de um todo orgânico. Para que a ciência seja uma, não é necessário que caiba inteira no campo de visão de uma só e mesma consciência — o que, por sinal, é impossível —, mas basta que todos os que a cultivam sintam que colaboram para uma mesma obra.

O que precede priva de todo e qualquer fundamento uma das mais graves críticas que se fez à divisão do trabalho.

Ela foi acusada, com frequência, de diminuir o indivíduo, reduzindo-o ao papel de máquina. E, de fato, se não sabe a que tendem essas operações que reclamam dele, se não as vincula a nenhum objetivo, só pode realizá-las por rotina. Todos os dias, ele repete os mesmos movimentos com uma regularidade monótona, mas sem se interessar por eles, nem compreendê-los. Não é mais a célula viva de um organismo vivo, que vibra sem cessar em contato com as células próximas; que age sobre elas e responde, por sua vez, à sua ação, se dilata, se contraí, se dobra e se transforma segundo as necessidades e as circunstâncias; não é mais que uma engrenagem inerte, que uma força externa aciona e que sempre se move no mesmo sentido e da mesma maneira. Evidentemente, como quer que se represente o ideal moral, não é possível permanecer indiferente a semelhante aviltamento da na-

tureza humana. Se a moral tem por objetivo o aperfeiçoamento individual, ela não pode permitir que se arruine a esse ponto o indivíduo e, se tem por fim a sociedade, não pode deixar secar a própria fonte da vida social; porque o mal não ameaça apenas as funções econômicas, mas todas as funções sociais, por mais elevadas que sejam. "Se se deplorou com frequência, na ordem material, o operário exclusivamente ocupado, durante a vida inteira, na fabricação de cabos de faca ou cabeças de alfinetes", diz A. Comte; "a filosofia sadia não deve, no fundo, lamentar menos, na ordem intelectual, o emprego exclusivo e contínuo do cérebro humano na solução de algumas equações ou na classificação de alguns insetos: o efeito moral, em ambos os casos, é, infelizmente, sobremaneira análogo."²⁷

Foi, por vezes, proposto como remédio dar aos trabalhadores, junto com seus conhecimentos técnicos e especiais, uma instrução geral. Mas, supondo-se que seja possível redimir assim alguns dos efeitos nefastos atribuídos à divisão do trabalho, não é este um meio de preveni-los. A divisão do trabalho não muda de natureza se a fazemos ser precedida por uma cultura geral. Sem dúvida, é bom que o trabalhador esteja em condições de se interessar pelas coisas da arte, da literatura, etc.; mas nem por isso deixa de ser ruim ele ser tratado todo dia como uma máquina. Aliás, quem não vê que essas duas existências são demasiado opostas para serem conciliáveis e poderem ser vividas pelo mesmo homem? Se nos acostumamos com vastos horizontes, vastas vistas de conjunto, belas generalidades, não nos deixamos mais confinar, sem impaciência, nos limites estreitos de uma tarefa especial. Portanto, tal remédio só tornaria a especialização inofensiva, tornando-a intolerável e, por conseguinte, mais ou menos impossível.

O que resolve a contradição é que, ao contrário do que se disse, a divisão do trabalho não produz essas conseqüências em virtude de uma necessidade da sua natureza, mas apenas em circunstâncias excepcionais e anormais. Para que ela possa desenvolver-se sem ter sobre a consciência humana uma influência tão desastrosa, não é necessário temperá-la com seu contrário; é necessário e bastante que ela seja ela mesma, que nada venha do exterior desnaturalá-la. Porque, normalmente, o jogo de cada função especial exige que o indivíduo não se encerre estreitamente nela, mas mantenha-se em relação constante com as funções vizinhas, tome consciência de suas necessidades, das mudanças que nelas sobrevêm, etc. A divisão do trabalho supõe que o trabalhador, longe de permanecer debruçado sobre sua tarefa, não perca de vista seus colaboradores, aja sobre eles e sofra sua ação. Ele não é, pois, uma máquina que repete movimentos cuja direção não percebe, mas sabe que tendem a algum lugar, a uma finalidade que ele concebe mais ou menos distintamente. Ele sente servir a algo. Para tanto, não é necessário que abarque vastas proporções do horizonte social, mas basta que perceba o suficiente dele para compreender que suas ações têm uma finalidade fora de si mesmas. Assim, por mais especial, por mais uniforme que possa ser sua atividade, ela será a atividade de um ser inteligente, pois terá um sentido, e ele o sabe. Os economistas não teriam deixado na sombra essa característica essencial da divisão do trabalho e, em conseqüência, não a teriam exposto a essa crítica desmerecida, se não a tivessem reduzido a não ser mais que um meio de aumentar o rendimento das forças sociais, se tivessem visto que ela é, antes de mais nada, uma fonte de solidariedade.

CAPÍTULO II

A DIVISÃO DO TRABALHO FORÇADA

I

No entanto, não basta haver regras, pois, algumas vezes, essas próprias regras são a causa do mal. É o que acontece nas guerras de classes. A instituição das classes ou das castas constitui uma organização da divisão do trabalho, e uma organização estritamente regulamentada; no entanto, ela é, com freqüência, uma fonte de dissensões. Não estando satisfeitas, ou não mais o estando, com o papel que o costume ou a lei lhes atribui, as classes inferiores aspiram às funções que lhes são vedadas e delas procuram despojar os que as exercem. Daí as guerras intestinas que se devem à maneira como o trabalho é distribuído.

Não se observava nada semelhante no organismo. Sem dúvida, nos momentos de crise, os diferentes tecidos guerrelham-se e alimentam-se uns à custa dos outros. Mas nunca uma célula ou um órgão procura usurpar um outro papel que não aquele que lhe cabe. O motivo disso é

que cada elemento anatômico visa mecanicamente seu objetivo. Sua constituição, sua posição no organismo determina sua vocação; sua tarefa é uma consequência da sua natureza. Ele pode desempenhá-la mal, mas não pode assumir a de outro, a menos que este a abandone, como acontece nos raros casos de substituição de que falamos. O mesmo não se dá nas sociedades. Nelas, a contingência é maior; há uma distância maior entre as disposições hereditárias do indivíduo e a função social que ele desempenhará; as primeiras não acarretam as segundas com uma necessidade tão imediata. Esse espaço, aberto às tentativas e à deliberação, também o é ao jogo de uma multidão de causas que podem fazer a natureza individual desviar de sua direção normal e criar um estado patológico. Por ser mais flexível, essa organização também é mais delicada e mais acessível à mudança. Sem dúvida, não estamos mais, desde o nosso nascimento, predestinados a certo emprego especial; no entanto, temos gostos e aptidões que limitam nossa escolha. Se não se os leva em conta, se são incessantemente contrariados por nossas ocupações cotidianas, sofremos e procuramos um meio para pôr fim a nossos sofrimentos. Ora, não há outro meio, a não ser mudar a ordem estabelecida e refazer uma nova. Para que a divisão do trabalho produza a solidiedade, não basta, pois, que cada um tenha a sua tarefa, é necessário, além disso, que essa tarefa lhe convenha. Ora, é essa condição que não está realizada no exemplo que examinamos. De fato, se a instituição das classes ou das castas dá origem, por vezes, a dolorosos atritos, em vez de produzir a solidariedade, é porque a distribuição das funções sociais em que ela repousa não corresponde, ou, antes, não mais corresponde à distribuição dos talentos naturais. Porque, não obstante o que se tenha dito¹, não é unicamente por espírito de imitação

que as classes inferiores acabam ambicionando a vida das classes mais elevadas. Mesmo, para dizer a verdade, a imitação nada pode explicar por si só, pois supõe outra coisa que ela mesma. Ela só é possível entre seres que já se assemelham e na medida em que se assemelham; ela não se produz entre espécies ou variedades diferentes. Sucede com o contágio moral o mesmo que com o contágio físico: ele só se manifesta em terrenos predispostos. Para que certas necessidades se difundam de uma classe a outra, é necessário que as diferenças que separavam primitivamente essas classes tenham desaparecido ou diminuído. É necessário que, por um efeito das mudanças que se produziram na sociedade, uns se tenham tornado aptos a funções que, num primeiro tempo, os separavam, enquanto os outros perdiam sua superioridade original. Quando os plebeus puseram-se a disputar com os patícios a honra das funções religiosas e administrativas, não era apenas para imitar estes últimos, mas porque se tinham tornado mais inteligentes, mais ricos, mais numerosos, e porque seus gostos e suas ambições se haviam modificado em consequência disso. Como resultado dessas transformações, quebra-se em toda uma região da sociedade a concordância entre as aptidões dos indivíduos e o gênero de atividade que lhes é atribuído; apenas a coerção, mais ou menos violenta e mais ou menos direta, liga-os a suas funções; por conseguinte, só uma solidariedade imperfeita e perturbada é possível.

Portanto, esse resultado não é uma consequência necessária da divisão do trabalho. Só se produz em circunstâncias bem particulares, a saber, quando é o efeito de uma coerção externa. É bem diferente quando ela se estabelece em virtude de espontaneidades puramente internas, sem que nada venha incomodar as iniciativas dos indivíduos. De fato, sob essa condição, a harmonia entre

as naturezas individuais e as funções sociais não pode deixar de se produzir, pelo menos na média dos casos. Porque, se nada tolhe ou favorece indevidamente os correntes que disputam as tarefas entre si, é inevitável que só as consigam os mais aptos a cada gênero de atividade. A única causa que determina, então, a maneira como o trabalho se divide é a diversidade das capacidades. Pela força das coisas, a divisão se dá, pois, no sentido das aptidões, pois não há razão para que ela se produza de outra maneira. Realiza-se assim, por si mesma, a harmonia entre a constituição de cada indivíduo e sua condição. Dir-se-á que nem sempre é o bastante para contentar os homens; que há homens cujos desejos sempre superam suas faculdades. É verdade; mas são casos excepcionais e, podemos dizer, mórbidos. Normalmente, o homem fica feliz ao consumir sua natureza; suas necessidades se acham proporcionadas a seus meios. Assim, no organismo, cada órgão só reclama uma quantidade de alimentos proporcional à sua dignidade.

A divisão do trabalho forçada é, pois, o segundo tipo mórbido que reconhecemos. Mas é preciso não se enganar sobre o sentido dessa palavra. O que faz a coerção não é qualquer espécie de regulamentação, pois, ao contrário, como acabamos de ver, a divisão do trabalho não pode dispensar uma regulamentação. Mesmo que as funções se dividam de acordo com regras preestabelecidas, a divisão não é necessariamente o efeito de uma coerção. É o que se dá mesmo sob o regime das castas, enquanto ele está fundado na natureza da sociedade. De fato, essa instituição não é sempre e por toda parte arbitrária. Mas quando ela funciona numa sociedade de maneira regular e sem resistência, é porque exprime, pelo menos em linhas gerais, a maneira imutável como se distribuem as aptidões profissionais. É por isso que, embora

as tarefas sejam em certa medida repartidas pela lei, cada órgão desempenha a sua espontaneamente. A coerção só começa quando a regulamentação, não correspondendo mais à verdadeira natureza das coisas e, em consequência, já não tendo base nos costumes, só se sustenta pela força.

Inversamente, podemos dizer, portanto, que a divisão do trabalho só produz a solidariedade se for espontânea e na medida em que for espontânea. Mas, por espontaneidade, deve-se entender a ausência, não apenas de qualquer violência expressa e formal, mas de tudo o que pode tolher, mesmo indiretamente, a livre expansão da força social que cada um traz em si. A espontaneidade supõe não apenas que os indivíduos não sejam relegados à força a funções determinadas, mas também que nenhum obstáculo, de qualquer natureza, os impeça de ocupar, no âmbito social, a posição proporcional a suas faculdades. Numa palavra, o trabalho só se divide espontaneamente se a sociedade for constituída de maneira que as desigualdades sociais exprimam exatamente as desigualdades naturais. Ora, para tanto, é necessário e basta que estas últimas não sejam nem realçadas, nem depreciadas por alguma causa externa. Portanto, a espontaneidade perfeita nada mais é que uma consequência e uma outra forma deste outro fato: a absoluta igualdade nas condições exteriores da luta. Ela consiste não num estado de anarquia que permitiria aos homens satisfazerem livremente a todas as suas tendências, boas ou más, mas numa organização inteligente em que cada valor social, não sendo exagerado nem num sentido, nem noutro, por nada que lhe fosse estranho, seria estimado a seu justo preço. Objetar-se-á que, mesmo nessas condições, ainda há luta, em consequência vencedores e vencidos, e que estes últimos nunca aceitarão sua derrota se-

não por coerção. Mas essa coerção não se assemelha à outra e só tem em comum com ela o nome: o que constitui a coerção propriamente dita é o fato de que a própria luta é impossível, é que sequer se deixe um combater.

É verdade que essa espontaneidade perfeita não é encontrada em parte alguma como fato realizado. Não há sociedade em que ela seja pura. Se a instituição das castas corresponde à repartição natural das capacidades, isso só se dá de uma maneira aproximada e, em suma, grosseira. De fato, a hereditariedade nunca age com tal precisão que, mesmo onde encontra as condições mais favoráveis à sua influência, as crianças repitam idênticamente os pais. Sempre há exceções à regra e, por conseguinte, casos em que o indivíduo não está em harmonia com as funções que lhe são atribuídas. Essas discordâncias se tornam mais numerosas à medida que a sociedade se desenvolve, até o dia em que os marcos, tornando-se demasiado estreitos, são superados. Depois de desaparecer juridicamente, o regime das castas sobrevive a si mesmo nos costumes, graças à persistência de certos preconceitos, certo favor se prende a uns, certo desfavor a outros, independentemente de seus méritos. Enfim, mesmo que, por assim dizer, não reste mais nenhum resquício de todos esses vestígios do passado, a transmissão hereditária da riqueza basta para tornar bastante desiguais as condições exteriores em que a luta é travada; pois ela constitui, em benefício de alguns, vantagens que não correspondem necessariamente a seu valor pessoal. Mesmo hoje e entre os povos mais cultos, há carreiras que são ou totalmente fechadas, ou de mais difícil acesso aos deserdados da fortuna. Portanto, poderia parecer que não se tem o direito de considerar normal uma característica que a divisão do trabalho nunca apresenta no estado de pureza, se não se percebesse, de outro lado, que quanto mais

subimos na escala social, mais o tipo segmentário desaparece sob o tipo organizado, mais também essas desigualdades tendem a se nivelar completamente.

De fato, o declínio progressivo das castas, a partir do momento em que a divisão do trabalho se estabeleceu, é uma lei da história; porque, como são ligadas à organização político-familiar, elas regredem necessariamente com essa organização. Os preconceitos a que deram origem e que deixam atrás de si não sobrevivem indefinidamente a elas, mas extinguem-se pouco a pouco. Os empregos públicos são cada vez mais livremente abertos a todo o mundo, sem condição de fortuna. Enfim, mesmo esta última desigualdade, que vem do fato de haver ricos e pobres de nascimento, sem desaparecer completamente, é pelo menos um pouco atenuada. A sociedade esforça-se por reduzi-la na medida do possível, assistindo por diversos meios os que se encontram numa situação demasiado desvantajosa e ajudando-os a dela sair. Ela atesta, assim, que se sente obrigada a abrir espaço para todos os méritos e que reconhece como injusta uma inferioridade que não é pessoalmente merecida. Mas o que manifesta melhor ainda essa tendência é a crença, hoje tão difundida, de que a igualdade se torna cada vez maior entre os cidadãos e que é justo ela se tornar maior. Um sentimento tão geral como esse não poderia ser pura ilusão, mas deve exprimir, de maneira confusa, algum aspecto da realidade. Por outro lado, como os progressos da divisão do trabalho implicam, ao contrário, uma desigualdade sempre crescente, a igualdade cuja necessidade é assim afirmada pela consciência pública só pode ser aquela de que falamos, a saber, a igualdade nas condições exteriores da luta.

É fácil compreender, por sinal, o que torna necessário esse nivelamento. De fato, acabamos de ver que qual-

quer desigualdade exterior compromete a solidariedade orgânica. Esse resultado nada tem de muito desastroso para as sociedades inferiores, nas quais a solidariedade é assegurada sobretudo pela comunidade das crenças e dos sentimentos. De fato, por mais tenso que nela possam ser os vínculos derivados da divisão do trabalho, como não são eles que prendem mais fortemente o indivíduo à sociedade, a coesão social não é ameaçada por isso. O mal-estar que resulta das aspirações contrariadas não basta para virar os que sofrem com isso contra a ordem social que é sua causa, pois eles se apegam a essa ordem, não por nela encontrarem o campo necessário ao desenvolvimento da sua atividade profissional, mas porque ela resume, a seu ver, uma multidão de crenças e de práticas de que vivem. Apegam-se a ela, porque toda a sua vida interior é ligada a ela, porque todas as suas condições a supõem, porque, servindo de base para a ordem moral e religiosa, ela se lhes apresenta como sagrada. Atritos privados e de natureza temporal são, evidentemente, demasiado leves para abalar estados de consciência que conservam dessa origem uma força excepcional. De resto, como a vida profissional é pouco desenvolvida, esses atritos são intermitentes. Por todas essas razões, são fracamente sentidos. Portanto, é fácil acostumar-se a eles; chega-se a achar essas desigualdades não só toleráveis, mas até naturais.

É o contrário que se produz quando a solidariedade orgânica se torna predominante, pois, então, tudo o que a afrouxa atinge o vínculo social em sua parte vital. Primeiro, como, nessas condições, as atividades especiais se exercem de maneira mais ou menos contínua, elas não podem ser contrariadas sem que disso resultem sofrimentos de todos os instantes. Em seguida, como a consciência coletiva se enfraquece, os atritos que assim se produ-

zem não podem mais ser tão completamente neutralizados. Os sentimentos comuns não têm mais a mesma força para manter, apesar de tudo, o indivíduo preso ao grupo; as tendências subversivas, já não tendo o mesmo contrapeso, se manifestam mais facilmente. Perdendo cada vez mais o caráter transcendente que a colocava como que numa esfera superior aos interesses humanos, a organização social não tem mais a mesma força de resistência, ao mesmo tempo que é mais atacada; obra totalmente humana, ela não pode mais se opor tão bem às reivindicações humanas. No mesmo momento em que o fluxo se torna mais violento, o dique que o continha é abalado; portanto, ele se mostra muito mais perigoso. Eis porque, nas sociedades organizadas, é indispensável que a divisão do trabalho se aproxime cada vez mais desse ideal de espontaneidade que acabamos de definir. Se elas se esforçam, e devem se esforçar, para eliminar na medida do possível as desigualdades exteriores, não é apenas porque essa empresa é bela, mas porque sua existência está comprometida no problema. Pois elas só se podem manter se todas as partes que as formam são solidárias, e a solidariedade só é possível com essa condição. Por isso, pode-se prever que essa obra de justiça tomar-se-á cada vez mais completa, à medida que o tipo organizado se desenvolve. Por mais importantes que sejam os progressos realizados nesse sentido, verossimilmente eles só proporcionarão uma tênue idéia dos que serão consumados.

II

A igualdade nas condições exteriores da luta não é apenas necessária para prender cada indivíduo à sua função, mas também para ligar as funções umas às outras.

aspirações sejam em parte neutralizadas pelas que têm por objeto a sociedade particular de que fazemos parte, não deixam de ser vivacíssimas e adquirem cada vez mais força. Ora, elas só podem ser satisfeitas se todos os homens formarem uma mesma sociedade, submetida às mesmas leis. Porque, do mesmo modo que os conflitos privados só podem ser contidos pela ação reguladora da sociedade que envolve os indivíduos, os conflitos intersociais só podem ser contidos pela ação reguladora de uma sociedade que compreenda em seu seio todas as outras. A única força capaz de servir de moderadora para o egoísmo individual é a do grupo; a única que pode servir de moderadora para o egoísmo dos grupos é a de outro grupo que os englobe.

A rigor, uma vez colocado o problema nesses termos, é preciso reconhecer que esse ideal não se realizará integralmente tão cedo, porque há demasiadas diversidades intelectuais e morais entre os diferentes tipos sociais que coexistem na terra para que eles possam confraternizar no seio de uma mesma sociedade. O que é possível, porém, é que as sociedades de mesma espécie se agreguem, e é nesse sentido que parece orientar-se nossa evolução. Já vimos que tende a se formar, acima dos povos europeus, por um movimento espontâneo, uma sociedade europeia que tem, desde já, algum sentimento de si e um começo de organização. Se a formação de uma sociedade humana única é para sempre impossível — o que, todavia, não está demonstrado —, pelo menos a formação de sociedades cada vez mais vastas nos aproxima indelidamente desse objetivo. Esses fatos não contradizem, de resto, em nada, a definição que demos da moralidade, porque, se nos apegamos à humanidade, e devemos apagar-nos, é por ela ser uma sociedade que está se realizando dessa maneira e de que somos solidários⁷.

Ora, sabemos que sociedades mais vastas não se podem formar sem que a divisão do trabalho se desenvolva, porque não apenas elas não poderiam manter-se em equilíbrio sem uma maior especialização das funções; como, além disso, o aumento do número de concorrentes bastaria para produzir mecanicamente esse resultado; e isso tanto mais que o aumento de volume é, em geral, acompanhado de um aumento de densidade. Portanto, podemos formular a seguinte proposição: o ideal da fraternidade humana só se pode realizar na medida em que a divisão do trabalho progride. É preciso escolher: ou renunciar a nossos sonhos, se nos recusarmos a circunscrever ainda mais nossa atividade, ou então buscar sua realização, mas sob a condição que acabamos de assinalar.

III

Mas, se a divisão do trabalho produz a solidariedade, não é apenas porque ela faz de cada indivíduo um "trocador", como dizem os economistas⁸, é porque ela cria entre os homens todo um sistema de direitos e deveres que os ligam uns aos outros de maneira duradoura. Do mesmo modo que as similitudes sociais dão origem a um direito e a uma moral que as protegem, a divisão do trabalho dá origem a regras que asseguram o concurso pacífico e regular das funções divididas. Se os economistas acreditaram que ela engendraria uma solidariedade suficiente, como quer que esta se realizasse, e, em consequência, sustentaram que as sociedades humanas podiam e deviam resolver-se em associações puramente econômicas, é porque acreditaram que ela só afetava interesses individuais e temporários. Por conseguinte, para estimar os interesses em conflito e a maneira como devem se equilibrar, isto é, para determinar as condições em que a

troca deve efetuar-se, somente os indivíduos são competentes. E, como esses interesses estão em perpétuo devir, não há espaço para nenhuma regulamentação permanente. Mas tal concepção é, sob todos os pontos de vista, inadequada aos fatos. A divisão do trabalho não põe em presença indivíduos, mas funções sociais. Ora, a sociedade está envolvida no jogo destas últimas: conforme corram regularmente ou não, ela será sadia ou doente. Portanto, sua existência depende delas, e tanto mais intimamente quanto mais forem divididas. É por isso que ela não as pode deixar num estado de indeterminação — e, de resto, elas se determinam por si mesmas. Assim se formam essas regras cujo número aumenta à medida que o trabalho se divide e cuja ausência torna a solidariedade orgânica ou impossível, ou imperfeita.

Mas não basta haver regras; além disso, elas têm de ser justas e, para tanto, é necessário que as condições externas da concorrência sejam iguais. Se, por outro lado, recordarmos que a consciência coletiva se reduz cada vez mais ao culto do indivíduo, veremos que o que caracteriza a moral das sociedades organizadas, comparada com a das sociedades segmentárias, é que ela tem algo mais humano, portanto, mais racional. Ela não prende nossa atividade a finalidades que não nos concernem diretamente; ela não faz de nós os servidores de forças ideais e de natureza diferente da nossa, que seguem seus caminhos próprios sem se preocupar com os interesses dos homens. Ela nos pede apenas que sejamos ternos com nossos semelhantes e que sejamos justos, que cumpramos nossa tarefa, trabalhemos para que cada um seja convocado para a função que pode desempenhar melhor e receba o justo preço de seus esforços. As regras que a constituem não têm uma força coercitiva, que sufoque o livre exame; mas por serem muito mais feitas para nós e, em certo sentido, por nós, somos mais livres diante de-

las. Queremos compreendê-las e tememos menos mudá-las. Aliás, há que evitar achar insuficiente tal ideal, a pretexto de que é demasiado terra-a-terra e demasiado a nosso alcance. Um ideal não é mais elevado por ser mais transcendente, mas porque nos prepara perspectivas mais vastas. O que importa não é que ele paira muito acima de nós, a ponto de se nos tornar estranho, mas que abra à nossa atividade uma carreira bastante longa — e ele está longe de se realizar. Sabemos perfeitamente que é uma obra árdua edificar essa sociedade em que cada indivíduo terá o lugar que merece, será recompensado como merece, em que todo o mundo, em consequência, correrá espontaneamente para o bem de todos e de cada um. Do mesmo modo, uma moral não está acima de outra por comandar de maneira mais seca e autoritária, por escapar mais da reflexão. Sem dúvida, ela tem de nos prender a algo mais que nós mesmos; mas não é necessário que ela nos agrilhoe até nos imobilizar.

Disseram? com razão que a moral — e por moral há que entender não apenas as doutrinas, mas também os costumes — passava por uma crise terrível. O que pode nos ajudar a compreender a natureza e as causas desse estado doente. Mudanças profundas produziram-se, e em pouquíssimo tempo, na estrutura de nossas sociedades; elas se emanciparam do tipo segmentário com uma rapidez e em proporções de que não encontramos outro exemplo na história. Em consequência, a moral que corresponde a esse tipo social regrediu, mas sem que a outra se desenvolvesse depressa o bastante para ocupar o terreno que a primeira deixava vazio em nossas consciências. Nossa fé turvou-se; a tradição perdeu seu império; o juízo individual emancipou-se do juízo coletivo. Mas, de outro lado, as funções que se dissociaram no curso da tormenta não tiveram tempo de se ajustar umas

às outras, a nova vida que se desprendeu como que de repente não pôde se organizar completamente e, sobretudo, não se organizou de maneira a satisfazer a necessidade de justiça que despertou, mais ardente, em nossos corações. Se assim é, o remédio para o mal não está em procurar ressuscitar, apesar dos pesares, tradições e práticas que, não mais correspondendo às presentes condições do estado social, só poderiam ter uma vida artificial e aparente. O que é necessário é fazer cessar essa anomia, é encontrar os meios para fazer esses órgãos que ainda se chocam em movimentos discordantes concorrerem harmoniosamente; é introduzir em suas relações mais justiça, atenuando cada vez mais essas desigualdades externas que são a fonte do mal. Portanto, nosso mal está não é, como por vezes alguns parecem crer, de ordem intelectual: ele se deve a causas mais profundas. Não sofremos porque não sabemos mais em que noção teórica devemos apoiar a moral que praticávamos até aqui, mas porque, em algumas de suas partes, essa moral está irremediavelmente abalada e a que nos é necessária está apenas se formando. Nossa ansiedade não vem do fato de que a crítica dos cientistas arruinou a explicação tradicional que nos era dada de nossos deveres, por conseguinte, não é um novo sistema filosófico que poderá dissipá-la um dia; mas, como alguns desses deveres não mais se baseiam na realidade das coisas, resultou disso um afrouxamento que só poderá ter fim à medida que uma nova disciplina se estabelecer e se consolidar. Em suma, nosso primeiro dever atualmente é criar uma moral. Tal obra não poderia ser improvisada no silêncio de um gabinete; ela só se pode erguer por si mesma, pouco a pouco, sob a pressão das causas internas que a tornam necessária. Mas a reflexão pode e deve servir para assinalar o objetivo que se deve alcançar. Foi o que procuramos fazer.

NOTAS

PREFÁCIO À SEGUNDA EDIÇÃO

1. Limitamo-nos a suprimir da antiga *Introdução* cerca de tinta página, que, hoje, parecem-nos inúteis. Aliás, explicamos sobre essa supressão no lugar em que foi efetuada.
2. *Le suicide*, conclusão.
3. Cf. abaixo, pp. 165-167 e 206-207.
4. Cf. abaixo, pp. 205-206-207 e p. 368.
5. Cf. liv. III, cap. I, par. III.
6. Tornaremos mais longe sobre esse ponto, pp. 350 ss.
7. Cf. Hermann, *Lehrbuch des griechischen Antiquitäten*, 4te B., 3a ed., p. 398. Às vezes, em virtude de sua profissão, o artesão era até privado do direito de cidadania (*ibid.*, p. 392). Resta saber se, na ausência de uma organização legal e oficial, não havia uma clandestina. O certo é que havia corporações de comerciantes (cf. Francotte, *L'industrie dans la Grèce antique*, t. II, pp. 204 ss.).
8. Plutarco, *Numa*, XVII; Plínio, *Hist. nat.*, XXXIV. Sem dúvida, trata-se apenas de uma lenda, mas ela prova que os romanos viam suas corporações como uma das mais antigas instituições.